



PEDRO MACHADO RIBEIRO NETO

*Convivendo com
residências terapêuticas*

 EDUFES

PEDRO MACHADO RIBEIRO NETO

*Convivendo com
residências terapêuticas*



EDUFES

Vitória, 2021



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Cláudia Patrocínio Pedroza Canal

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eneida Maria Souza
Mendonça, Fátima Maria Silva, Graziela Baptista
Vidaurre, Isabella Vilhena Freire Martins, José
André Lourenço, Marcos Vogel, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Sandra Soares
Della Fonte, Sérgio da Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação, capa e revisão de texto

Agência Três Criativos

Revisão da edição digital

Fernanda Scopel

Imagem da capa

Reprodução da obra: Figure dans un Fauteuil (Seated Nude, Femme nue assise), Pablo Picasso, 1921. Oil on canvas, 92.1 x 73 cm, Tate Modern, London

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R484c Ribeiro Neto, Pedro Machado, 1981 -
 Convivendo com residências terapêuticas [recurso eletrônico]
 / Pedro Machado Ribeiro Neto. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES
 : EDUFES, 2021.
 109 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-54-2

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774>>

1. Pacientes psiquiátricos - Habitação. 2. Pacientes psiquiátricos - Serviços de saúde mental. 3. Representações sociais. 4. Identidade social. I. Título.

CDU: 316.6

Elaborado por Maria Giovana Soares – CRB-6 ES-000605/O

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

*Pro lado de cá não tem acesso, mesmo que me chamem pelo nome,
mesmo que admitam meu regresso, toda vez que eu vou a porta some.*

Arnaldo Antunes

Prefácio

A trajetória de Pedro Machado Ribeiro Neto com o tema da loucura não começa com este livro e, certamente, não se encerra aqui. Acompanho suas indagações sobre o tema desde o mestrado, que muitas vezes se reportava à sua graduação. Nas orientações, tínhamos longas conversas sobre suas experiências como estagiário de psicologia em um grande hospital psiquiátrico. Entre suas atividades, estava a de acompanhar pacientes com internação de longa duração no difícil processo de volta ao convívio social.

O que me chamou atenção foram suas inquietações com o tema da loucura; mais do que teóricas, eram existenciais, sendo que tal aspecto o acompanha até hoje.

Tudo para ele tem o desafio das perguntas: o que é loucura? Por que a exclusão do louco? Como mudar práticas de exclusão? Como se dá a convivência entre “loucos” e “sãos”? Será que existe isso? Será que existem dois lados e uma porta de acesso de um para outro?

Mais do que responder, porque Pedro desconfia de que não existe UMA resposta, ele quer perguntar e construir possibilidades de respostas. É isso que o torna um pesquisador extremamente competente. Ele não encontrou “A” teoria; ele busca o melhor de várias teorias para compor possíveis respostas para tema tão complexo.

Assim, utiliza a produção decorrente da Experiência Italiana de Desinstitucionalização, a “Teoria da Identidade Social” e a “Teoria das Representações Sociais” para refletir e analisar as concepções de habitantes e comerciantes de um conjunto residencial que recebe Residências Terapêuticas (RTs), sobre a convivência com as RTs e a interação com os moradores das RTs nos espaços públicos.

Durante a leitura, percebemos que ele faz mais do que isso e nos brinda com a possibilidade de conhecer um pouco da realidade da convivência com moradores de RTs e das implicações dessa interação, meio que forçada, entre eles e os habitantes da vizinhança onde as casas se inserem.

Vale destacar que os habitantes do conjunto residencial têm uma relação de longa data com o maior hospital psiquiátrico do estado, uma relação de proximidade e distância, pois alguns trabalharam no hospital e outros já tiveram parentes internados. A vizinhança com a loucura não era novidade. No entanto, a partir da desativação do hospital, da criação das RTs e da posterior instalação delas no bairro, gerou-se outra situação que motivou Pedro a entrar naquele espaço para melhor conhecê-lo, o que pode ser lido no que ele chama de Estudo 1. Nele, os objetivos são conhecer o que pensam os moradores sobre o hospital, como entendem seu fechamento e quais as ideias que possuem sobre o destino dos egressos sem laços familiares e vínculos sociais.

Ao partir desse ponto, seguem os Estudos 2 e 3, que pretendem conhecer e analisar as relações intergrupais e a convivência dos participantes com as RTs. A forma que escolhe para encontrar suas respostas é “mergulhar” naquela realidade.

Inspira-se no método etnográfico: observa, entrevista pessoas, conversa informalmente com outras, circula pelo bairro, participa de algumas atividades cotidianas, tudo é registrado de maneira detalhada em seus diários de campo, que são parte deste livro e nos permite conhecer um pouco mais sobre as relações entre moradores das RTs, moradores e comerciantes do bairro e, também, de Pedro como

pessoa e como pesquisador. Um morador diz para ele: “você é mais humilde”, ou o interrogam sobre “o que mesmo está fazendo ali?” – mostrando-nos uma forma de fazer pesquisa, próxima do campo, rompendo definitivamente com o paradigma tradicional de fazer pesquisa e das já ultrapassadas dicotomias entre sujeito e objeto, entre pesquisador e pesquisado. Longe de ser intuitivo, sustenta todo o trabalho com princípios éticos e científicos.

Pedro finaliza argumentando que as RTs possibilitam o regresso e o reconhecimento social dos moradores, mas ainda sem acesso completo às relações instituídas no espaço público.

Ele, certamente, continuará trabalhando para que as portas abertas por meio de políticas públicas inclusivas permitam a participação social dos moradores das residências e se multipliquem em novas vias de acesso. Sinto-me honrada de prefaciar seu livro e fazer parte deste trabalho.

Luziane Zacché Avellar

Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento
Vitória, ES, Brasil

Sumário

Apresentação	10
Introdução	12
Residências terapêuticas e espaços públicos	16
Referenciais teóricos	30
A “Teoria da Identidade Social”	33
A “Teoria das Representações Sociais”	42
Aspectos metodológicos	53
Contextualizando os estudos que originaram o livro	66
Diários de campo	69
Considerações finais	85
Referências	100

Apresentação

Este livro apresenta uma realidade de convivência social com ex-internos de um hospital psiquiátrico. Com as recentes políticas de desinstitucionalização, os hospitais psiquiátricos estão sendo desativados e alguns ex-internos passam a viver em casas localizadas na comunidade, denominadas de Residência Terapêuticas (RTs), as quais devem possibilitar sua circulação pelos espaços públicos.

Uma vez nas RTs, os ex-internos passam a ser chamados de “moradores de residências terapêuticas”, mudança de *status* que vem acompanhada de uma série de outras transformações, inclusive nas relações sociais. A convivência social com moradores das RTs, portanto, é objeto deste livro, que situará a dimensão sobre a aceitação e rejeição da loucura em relação ao espaço social.

São abordadas as concepções de habitantes e comerciantes de um bairro, onde se localizam RTs, sobre a relação social estabelecida com os moradores. Para produzir as informações aqui apresentadas, o autor permaneceu no bairro durante alguns meses, interagindo com habitantes e comerciantes locais e, também, com moradores das RTs, realizando entrevistas e registros em diários de campo. Com isso, é evidenciada uma rica realidade de saberes e discursos que dão contorno às relações estabelecidas com os moradores das RTs nos espaços públicos.

O livro apresenta aspectos intrínsecos ao autor em seu “mergulho” no contexto das interações sociais, incluindo, em seus diários de campo, situações que demonstram aspectos objetivos e subjetivos, relacionados às suas impressões e aos seus sentimentos pessoais. Tudo isso entrelaçado à experiência da pesquisa “científica” de produzir conhecimento sobre a convivência com os moradores das RTs.

É adotada uma conotação intersetorial, pois abarca conhecimentos referentes ao movimento italiano de desinstitucionalização. Além disso, aborda teorias específicas da psicologia social e, também, se apropria da etnografia como fundamento teórico-metodológico (especificamente para fundamentar a prática de campo).

A utilização de teorias e metodologias científicas confere um rigor necessário para sua comprovação, como um documento acadêmico-científico; mas elas são abordadas de forma leve, facilitando a compreensão de temas tão complexos, como identidade, loucura e convivência social. Por meio dessa articulação, mostra as possibilidades e as dificuldades da convivência com moradores das RTs nos espaços públicos, pela perspectiva, portanto, de quem compartilha o cotidiano com os moradores (os habitantes e comerciantes da região).

Que este livro inspire pesquisadores em suas novas produções, suscitando – especialmente em quem não está inserido na área da pesquisa acadêmica – novas perspectivas de convivência com a loucura e, enfim, novas perspectiva de vida.

Boa leitura.

Introdução

Imagine se, ao lado de sua casa, passasse a funcionar uma moradia para ex-internos de um manicômio. O que você acharia disso? Se tivesse que dividir e frequentar os mesmos espaços sociais, como pracinha, padaria, salão de cabeleireiro e igreja, entre outros lugares do cotidiano, o que acharia dessa convivência? Assim, em um momento histórico no qual as políticas de saúde mental direcionam o cuidado em relação à loucura (outrora centrado no hospital psiquiátrico) para a comunidade – tendo como premissa fundamental a liberdade –, este livro tenta responder (ou melhor, abordar) essas questões; mas sem cair no maniqueísmo, utilizando a intersetorialidade como perspectiva para sua construção.

O livro decorre da produção de uma pesquisa de doutorado em Psicologia e aborda os Serviços Residenciais Terapêuticos, ou as Residências Terapêuticas (RTs), como aqui preferimos chamar. As RTs são serviços de saúde mental que funcionam como moradia para egressos de longas internações psiquiátricas, cujos vínculo familiar e laços sociais foram enfraquecidos devido ao período no qual ficaram internados.

Inicialmente, destacamos o panorama sobre o qual se desenvolveu a pesquisa de campo que deu origem ao livro. Trata-se de um cenário constituído por três contextos principais: de um lado,

um hospital psiquiátrico estadual inaugurado em 1954, desativado e transformado em hospital de atenção clínica em 2012; de outro, as quinze residências terapêuticas implantadas na Grande Vitória a partir da desativação do hospital psiquiátrico; e, por fim, um conjunto residencial que, desde 2004, vem recebendo RTs, localizado em um bairro nas proximidades do hospital psiquiátrico. Nesse conjunto residencial, portanto, foi realizada a pesquisa de campo, constituindo-se como lugar central no livro.

O conjunto residencial possui estreita relação com o hospital psiquiátrico, evidentemente pela proximidade física entre ambos, e pelo fato de que vários habitantes daquela região trabalham ou possuem algum tipo de familiaridade com o hospital psiquiátrico. Afirmamos isso, pois anteriormente à prática de campo dispúnhamos de certo conhecimento sobre o bairro onde se localiza o conjunto residencial, assim como sobre os bairros das adjacências no entorno da instituição, em função da experiência de acompanhamento terapêutico com internos do hospital psiquiátrico; os quais, na ocasião, se encontravam em preparação para sua transição para as RTs.

A experiência do autor no contexto do hospital psiquiátrico se refere a dois anos de estágio durante a graduação em Psicologia, entre 2004 e 2006. Diante disso, foram realizados acompanhamentos terapêuticos no hospital psiquiátrico e, também, em suas redondezas. Essa experiência permitiu a elaboração de um capítulo de livro, publicado em uma coletânea sobre experiências com RTs no Espírito Santo, no qual foi discutida a profissão de cuidador das RTs, a partir das experiências de acompanhamentos terapêuticos e observações participantes nos meses iniciais da sua implantação no conjunto residencial (RIBEIRO NETO, 2008).

Posteriormente, deu-se continuidade aos estudos no contexto das RTs, por meio de pesquisa em nível de mestrado, sobre as concepções dos cuidadores de uma RT do conjunto residencial em relação ao cotidiano de trabalho (RIBEIRO NETO; AVELLAR, 2009). Um dos questionamentos surgidos nessa época se referia à comunidade onde

as RTs se localizam, mais especificamente, aos habitantes do conjunto residencial. Ora, esse foi o momento inicial em que nos indagamos sobre a convivência social com a loucura no espaço público. Assim, passamos a nos interessar por saber sobre como esses habitantes recebiam e conviviam com as RTs e seus moradores. Nesse seguimento, no doutorado, desenvolvemos a pesquisa que originou o livro, visando conhecer as concepções dos habitantes do conjunto residencial sobre a convivência e interação com moradores das RTs (RIBEIRO NETO, 2014).

Nos momentos iniciais, entendemos que seria viável a utilização da pesquisa etnográfica como fundamento para o percurso metodológico. Seria engrandecedor aos nossos propósitos se, além de realizarmos as entrevistas, permanecêssemos no local durante algum período, circulando, realizando observações e interagindo com os habitantes e comerciantes locais. Em seguida, fomos percebendo que a Teoria da Identidade Social, principalmente com Tajfel (1982, 1983), e a Teoria das Representações Sociais – com as contribuições de Moscovici (2012), Jodelet (2005) e, especialmente, Jovchelovitch (1998, 2000, 2004, 2008) – poderiam fornecer importantes subsídios para a compreensão e discussão das informações que surgiram. Assim, passamos a investir nos referenciais teóricos da Psicologia Social como forma de fundamentar a análise e discussão dos resultados.

Mesmo que não seja considerada propriamente uma “teoria”, fundamentamo-nos também na experiência italiana de desinstitucionalização, protagonizada por Franco Basaglia (entre outros colaboradores) para abordar as questões relativas aos processos de desinstitucionalização. Desse modo, utilizamos especialmente as contribuições de Basaglia (1982), Rotelli, De Leonardis e Mauri (1986, 2001) e Del Giudice (1998a, 1998b). Essa contribuição italiana vai ser brevemente explorada na sequência, no tópico sobre as RTs e os espaços públicos, mas sem o intuito de se tornar exaustiva.

É preciso fazer uma última ressalva em relação à redação do livro: os participantes são habitantes de um conjunto residencial que recebe

RTs e, no sentido de evitar confusão na compreensão das informações, vamos nos reportar aos participantes como “habitantes”, ao passo que a expressão “morador” fará referência aos moradores das RTs (ou seja, aos egressos do hospital psiquiátrico). Mesmo que os termos “habitante” e “morador” sejam considerados sinônimos, neste livro farão referência a categorias diferentes.

Na sequência, abordaremos as RTs e sua relação com o espaço público para, em seguida, apresentar o aporte teórico que nos subsidiou na interpretação das informações obtidas. Depois, seguiremos com a metodologia e, também, com a descrição dos estudos que possibilitaram a produção do livro. Posteriormente, apresentaremos os recortes dos registros realizados em diários de campo e, finalmente, realizaremos a articulação e o fechamento das informações apresentadas e obtidas com os estudos.

Residências terapêuticas e espaços públicos

Um dos clichês existentes no campo da saúde mental se constitui na discussão sobre o lugar social da loucura. Mesmo que o debate sobre a necessidade de conferir casa para a loucura soe como um lugar comum, permanece como questão atual, em aberto, e importante a ser respondida; ou, ao menos, debatida com a profundidade que demanda, tendo em vista a complexidade inerente aos processos desinstitucionalizantes. Podemos afirmar, já de início, que o lugar para a loucura é o espaço público, e não as instituições fechadas. A complexidade dessa discussão, inicialmente, reside no fato de as RTs constituírem casa para pessoas com histórico de longas internações psiquiátricas, as quais, em função do período de isolamento, perderam os vínculos sociais e familiares:

Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam

suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção social (BRASIL, 2000).

A perda dos vínculos sociais e familiares, de um lado, e as representações sociais de loucura associadas aos processos de constituição identitária, de outro (muitas vezes relacionada ao preconceito), conferem um teor a mais de dificuldade nessa discussão. A inserção das RTs nas comunidades acaba por produzir novas contradições, pois seu objetivo primeiro é proporcionar moradia para essas pessoas marcadas por abandono e preconceito. Assim, as RTs legitimam um lugar social para a loucura com sua inserção no espaço social, mas, ao mesmo tempo, essa legitimação não vem livre de contradições.

Analisamos as relações sociais estabelecidas com a loucura e discutimos as possibilidades para que o lugar para loucura seja o espaço comunitário, urbano, social, íntimo, em casa, em liberdade: podendo ir e vir, sair e voltar, como em tese devem se configurar as RTs. Consideramos necessário, a partir da análise das concepções de habitantes da vizinhança sobre a convivência e interação com as RTs, entender quais são as possibilidades para que os moradores circulem e frequentem o espaço público e, dessa forma, integrem-se ao cenário cotidiano, da casa, da rua, do bairro, da cidade, enfim, da vizinhança. Assim, é desse lugar que partimos.

De fato, não se trata de uma questão simples a tarefa de conferir casa para a loucura, tornar legítimo à loucura um lugar para que possa “chamar de seu”, sendo esse um lugar comum, um espaço público em que os outros também chamarão de seu. De tal modo, configura-se o embate no contexto da convivência com as RTs: compartilhar o mesmo espaço com a loucura. É bastante conhecida a afirmação de que “lugar de doido é no hospício”. Apesar disso, o que foi por séculos considerado como um lar por excelência dos loucos é, então, superado por um modelo de base comunitária que preconiza a circulação e permanência da loucura na cidade.

Essa realidade imposta pelo fim dos hospitais psiquiátricos pode constituir-se como situação conflituosa para os habitantes do conjunto residencial que recebe os ex-internos de longa data do hospital psiquiátrico, tendo em vista a histórica periculosidade social atribuída à loucura, assim como ao risco de que o contato entre as identidades historicamente separadas possa ameaçar as diferenças entre grupos, incitando o desenvolvimento de ações de defesa identitária.

Com base nessas informações, acreditamos que o fechamento do hospital psiquiátrico e a implantação das RTs na vizinhança dos participantes podem conter implicações negativas a ponto de acarretar em discriminação na relação estabelecida com os moradores. Em outra medida, essa convivência pode revelar também estratégias importantes de relação com a alteridade que a loucura representa; criadas, portanto, por quem convive diariamente com os moradores das RTs, demonstrando as possibilidades concretas ou os aspectos favoráveis para a interação e reinserção social.

Lidar com a loucura no espaço social, conviver e interagir com as pessoas que são ou foram consideradas loucas (principalmente no momento em que passam a residir nas comunidades) certamente pode se constituir como uma tarefa não muito simples para quem habita ou trabalha na vizinhança das RTs. A aproximação da loucura com o espaço público, efetivada a partir do final da década de 1960 na Itália, constituiu uma das mais radicais transformações recentes da assistência psiquiátrica do Ocidente, possibilitando que o cuidado em saúde mental (outrora centrado estritamente no hospital psiquiátrico) fosse realizado nos serviços inseridos nas comunidades. Não pretendemos retomar aqui o percurso histórico da experiência italiana, mas avaliamos ser necessário contextualizar brevemente algumas contribuições de autores italianos, a fim de mostrar do que partimos para abordar a temática da desinstitucionalização da loucura.

O processo italiano de reestruturação da atenção em saúde mental foi imprescindível para a experiência brasileira, tendo sido efetivado, naquele contexto, como uma ruptura com o hospital psiquiátrico, ao

inaugurar um novo dispositivo no campo da saúde mental: a desinstitucionalização da loucura. De forma geral, os autores italianos entendem que a desinstitucionalização significa transformar por completo um paradigma, questionando os aparatos legislativos, administrativos e científicos que sustentam a existência do hospital psiquiátrico, criados em torno da periculosidade associada à noção de doença mental:

[...] o mal obscuro da psiquiatria está em haver separado um objeto fictício, a “doença”, da “existência global complexa e completa” dos pacientes e do corpo social. Sobre essa separação artificial se construiu um conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos (precisamente a “instituição”), todos referidos à “doença”. É esse conjunto que é preciso desmontar (desinstitucionalizar) para retomar o contato com aquela existência dos pacientes, enquanto “existência” doente (ROTELLI; DE LEONARDIS; MAURI, 2001, p. 28).

O processo de desinstitucionalização italiano foi desenvolvido no sentido de possibilitar o cuidado realizado na e pela comunidade, diante da hipótese de que “não há possibilidades terapêuticas em hospital psiquiátrico”, assim como sob o lema “a liberdade é terapêutica”. Nesse âmbito, relações foram redefinidas e espaços foram constituídos, inicialmente abrindo o hospital psiquiátrico para que os internos, aos poucos, pudessem ir se apropriando dos espaços da rua, da convivência com as pessoas e, em seguida, fechando o hospital psiquiátrico, com a atenção sendo transferida então para centros de saúde nas comunidades.

Posteriormente ao fechamento do hospital psiquiátrico, foram criados serviços residenciais de saúde mental inseridos em bairros da cidade e, a partir disso, uma nova figura administrativa foi constituída: “o hóspede”, expressão utilizada naquele contexto em referência a todos aqueles que, diante da desospitalização, não encontravam na cidade condições para uma vida possível, ou que ainda necessitavam de moradia

antes de sua inserção plena (a exemplo do “morador” de Residência Terapêutica com que lidamos em nossa pesquisa). Nesse contexto, De Leonardis, Mauri e Rotelli (2001, p. 72) ressaltam que os hóspedes:

[...] entram e saem do hospital quando querem, não perdem sua personalidade jurídica, usam o manicômio “como uma casa” [...]. Vai-se para dentro porque fora não se encontram respostas à própria angústia, ou simplesmente porque não se encontram relações e suportes para a própria vida.

Uma das ações principais da desinstitucionalização italiana se constituiu na garantia do direito à moradia das pessoas que receberam alta dos hospitais psiquiátricos, aproveitando a vida comunitária como espaço de partilha de recursos e trocas sociais. Nesse sentido, a reconstrução das políticas de atenção à saúde mental – isto é, a mudança do foco das ações e investimentos dos recursos humanos e financeiros do hospital para a comunidade – tornou-se questão principal dos processos de desinstitucionalização, tomando os espaços da cidade como possibilidades de produção do cuidado:

A ênfase não é mais colocada no processo de “cura”, mas no projeto de “invenção de saúde” e de “reprodução social do paciente” [...]. O problema não é cura (a vida produtiva) mas a produção de vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização das formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersa (ROTELLI; DE LEONARDIS; MAURI, 2001, p. 30).

Na experiência de desinstitucionalização italiana, esforços foram direcionados para a reestruturação dos espaços mais íntimos do interno, com a inclusão de armários, mesas de cabeceira e objetos pessoais, assim como foram criados espaços como salas de estar e bares, entre outros. Portanto, foi a partir da aquisição de objetos banais da vida cotidiana pelos hóspedes (como espelhos, talheres

e pentes) que o próprio hospital psiquiátrico foi aos poucos sendo superado. Nessa transição entre hospital e cidade, apartamentos foram disponibilizados para os “hóspedes”. Inicialmente, nos limites do hospital psiquiátrico (que até então eram ocupados por funcionários). Posteriormente, foram abertos contratos de apartamentos – no nome de alguns médicos – para os internos, respondendo, dessa forma, à necessidade de moradia para as pessoas que não encontravam possibilidades de adquiri-la. Nesse momento, no contexto italiano, as relações (caracterizadas inicialmente por preconceitos) se transformaram em ações de aceitação, e assim:

começava a mudar a cultura da cidade em relação à ‘doença mental’, ao mesmo tempo que se iniciava a aquisição de casas no mercado privado para constituir moradia para os usuários dos serviços de saúde mental (DEL GIUDICE, 1998b, p. 2, tradução nossa).

Além de “estar em um local” ou “ter uma residência”, morar também se refere a um conjunto das regras que regem a permanência e o habitar, como as relações que são estabelecidas no lugar, o clima afetivo com pessoas e objetos desse espaço, a propriedade do espaço íntimo e, também, da esfera do social. Nesse sentido, um elemento fundamental no processo de desinstitucionalização se constitui no reconhecimento dos ex-internos dos hospitais psiquiátricos como sujeitos de valor e sentido, visando, nesse percurso, à produção de relações e trocas afetivas. A experiência de desinstitucionalização desenvolvida na Itália culminou com a criação da Lei 180, estabelecendo como direito da pessoa o tratamento em comunidade, negando a equivalência entre loucura e periculosidade e, inclusive, proibindo a construção de novos hospitais psiquiátricos. O processo de desinstitucionalização, regulamentado por essa lei, transformou o *status* jurídico do indivíduo internado, eliminando diversos tipos de tutela jurídica e acarretando a recuperação dos direitos civis da pessoa considerada louca.

No Brasil, foi instituída em 2001 a Lei Federal nº 10.216, a qual, em nossa visão, é fortemente influenciada pela Lei 180 e por todo o processo de desinstitucionalização italiano. A Lei 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas de “transtorno mental” e estabelece, entre outras diretrizes, que o indivíduo deve ser tratado preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental, e um destes serviços é a RT:

O caráter fundamental do SRT é ser um espaço de moradia que garanta o convívio social, a reabilitação psicossocial e o resgate de cidadania do sujeito, promovendo os laços afetivos, a reinserção no espaço da cidade e a reconstrução das referências familiares (BRASIL, 2011a).

As RTs têm se consolidado em território nacional como uma contrapartida eficaz aos hospitais psiquiátricos, podendo ser observado um aumento progressivo no número de RTs implantadas. Um dado demonstra essa transformação gradual: no período de 2006 a 2010 foram reduzidos em média 1.700 leitos em hospitais psiquiátricos anualmente no país, passando de um total de 39 mil para 32 mil leitos, aproximadamente (BRASIL, 2011b).

Realizamos uma revisão não sistemática da literatura sobre RTs e observamos que a maior parte dos estudos consultados aborda apenas os profissionais e os moradores desses dispositivos, evidenciando uma ausência de publicações especificamente sobre a vizinhança, comunidade ou localidades que recebam RTs. Assim, sentimos a necessidade da produção de conhecimento sobre as concepções dos habitantes da vizinhança das RTs, no sentido de conhecer os saberes e as representações sociais dessa comunidade criados a partir da convivência com moradores das RTs.

Utilizamos a contribuição de Farias e Pinheiro (2013) para entender a relação entre vizinhança e comunidade, sendo que para os autores há uma proximidade entre esses conceitos, pois o significado de

vizinhança remete à habitação de um lugar em comum e, também, diz respeito às relações estabelecidas e compartilhadas. Os autores relatam que as vizinhanças são geralmente escolhidas como possibilidades de estudo da comunidade, tendo em vista que proporcionam o sentimento de viver em comunidade: “isso se deve ao fato de que o encontro entre vizinhos, o compartilhamento de interesses e investimento local são condições que favorecem o desenvolvimento de tal sentimento” (FARIAS; PINHEIRO, 2013, p. 29).

A produção de conhecimento sobre a vizinhança das RTs – isto é, sobre a convivência e a interação social com os moradores das RTs – se torna necessária. São os habitantes desses locais que possibilitarão aos moradores das RTs, ao menos em parte, o cuidado e o sentimento de estarem inseridos em comunidade por meio das relações e trocas cotidianas realizadas nos espaços públicos.

Entendemos que os espaços públicos funcionam como locais em que se exerce a retomada da autonomia das pessoas que perderam habilidades para as trocas cotidianas em função do período de internação. A esfera pública é então contraposta ao isolamento em hospitais psiquiátricos, e considerada essencial aos objetivos da desinstitucionalização. No sentido de aprimorar essa discussão, utilizamos a contribuição de Jovchelovitch (2008, p. 147) e entendemos os espaços públicos como:

[...] pontos de encontro, territórios de conexão e comunicação, cuja principal característica é produzir visibilidade, de modo que questões de interesse comum possam emergir e que a pluralidade de perspectivas que constitui a comunidade possa ser trabalhada e resolvida.

Os espaços públicos podem ser bem delimitados, como os saguões de aeroportos e estabelecimentos comerciais, ou menos específicos, como as ruas movimentadas, porém ambos possibilitam o contexto propício para o estudo sobre relações entre pessoas ou formas de lidar com determinadas categorias de indivíduos:

[...] na sociedade urbana os espaços públicos são o cenário ideal para a pesquisa, no sentido de representarem um microcosmo da sociedade como um todo – densa, heterogênea e até perigosa. As pessoas em sociedades urbanas parecem passar grande parte de suas vidas em público, tanto assim que as atividades outrora privadas (p. ex., falar ao telefone) são hoje comumente desempenhadas em público (ANGROSINO, 2009, p. 83).

Utilizamos o espaço público como contexto de análise das relações intergrupais na convivência com as RTs e seus moradores. De certo modo, as RTs têm se constituído como dispositivos favoráveis para a criação de vínculos em localidades que as recebem. A criação de vínculos entre os moradores das RTs (e com os demais habitantes da vizinhança) pode ser efetivada com a circulação dos moradores pelos espaços públicos. Dessa forma, a qualidade das relações estabelecidas nos locais públicos favorece a reintegração dos moradores à vida comunitária, por meio da criação de laços afetivos e do sentimento de pertencimento:

a importância de uma comunidade segue daí: ela evidencia um ‘nós’ necessário para a constituição de cada ser humano, que atesta que vidas privadas não surgem a partir de dentro, mas a partir de fora, isto é, em público (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 70).

A configuração das RTs como um espaço doméstico se constitui como uma estratégia essencial para possibilitar a ampliação das relações sociais dos moradores das RTs pelos lugares da cidade, a partir do espaço que é adquirido

desde a própria casa e suas demandas cotidianas, como quem faz as compras, quem cuida das tarefas, que papéis desempenham na rotina doméstica. A contratualidade que se estabelece nesse espaço possibilita a expansão desta para ambientes sociais (ARGILES *et al.*, 2013, p. 2052).

Apoiamo-nos nas contribuições de Agier (2011), que destaca a existência de uma relação entre os espaços públicos e os locais privados, debate que acreditamos ser importante para complementar a discussão sobre RTs e espaço público que propomos nesta seção. O autor relata que há uma continuidade ou um prolongamento entre os espaços privados, como as casas, e os espaços públicos, como ruas e praças, de modo que as relações exercidas em espaço doméstico se alargam para os espaços urbanos.

Com base nessa análise, entendemos que as RTs, caracterizadas efetivamente como espaço doméstico (a exemplo de uma casa), podem favorecer que seus moradores adentrem os espaços do bairro, as ruas, praças, comércios, igrejas, potencializando a sua reinserção na rede social, na vida cotidiana do local. Nesse sentido, a circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos do conjunto residencial se constitui como uma estratégia fundamental à desinstitucionalização, porque pode favorecer a constituição identitária por parte dos moradores das RTs:

Os lugares próximos do cidadão são aqueles com os quais ele se identifica o mais espontaneamente possível, são espaços de sobreposição quase perfeita entre um quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade, por menor que ela seja, e do qual retira sua primeira forma de identidade entre outras mais afastadas (AGIER, 2011, p. 103).

As RTs constituem estratégia fundamental para a reinserção social de pessoas que passaram por longas internações em hospitais psiquiátricos: “a casa é o contexto da primeira socialização e, simultaneamente, o da primeira individualização, pois só nos tornamos indivíduos para os outros entrando no mundo – e antes de tudo no mundo doméstico” (AGIER, 2011, p. 103). A familiarização dos moradores das RTs com os espaços do bairro e da cidade é imprescindível para os objetivos da

desinstitucionalização, favorecendo a criação e ampliação das trocas sociais, como aponta Marcos (2004, p. 184):

A casa fica em uma rua, que fica em um bairro, que fica em uma cidade. Seus futuros moradores serão moradores da rua, do bairro, da cidade e habitarão esses lugares, errarão por esses espaços, tendo um lugar feito para eles, abrigo que é um ponto de partida e um ponto de chegada.

As RTs não somente respondem à necessidade de moradia das pessoas que perderam vínculos familiares e sociais (devido ao período de internação prolongada) como também se referem a um dispositivo que permite a familiarização dos moradores das RTs com o contexto urbano, de modo a favorecer processos de identificação, uma vez que habitar o espaço doméstico possibilita a apropriação dos espaços públicos pelos moradores:

[...] os espaços são investidos de significados para além do universo doméstico sem, contudo, se opor a ele: lugar de residência, rua e vizinhança, lugar de trabalho, lugar de abastecimento, de jogo ou lazer, tornamos familiar toda uma série de lugares da cidade. A soma desses lugares indica o oposto da estranheza, mas um tecido de relações estreitas, que nos asseguram certa familiaridade da cidade (AGIER, 2011, p. 108).

Baptista, Zwarg e Moraes (2002, p. 62) debatem a relação entre loucura e sociedade surgida com a instalação das RTs nos espaços públicos, e destacam a importância desses dispositivos de saúde para a população egressa de longas internações psiquiátricas, pois: “o nível de trocas sociais, agenciamentos e vínculos afetivos é diretamente proporcional ao grau de familiaridade do sujeito com o lugar em que habita”.

As RTs se apresentam como importante dispositivo para potencializar a apropriação do espaço público e doméstico, por parte de seus

moradores, favorecendo sua identificação social por meio da ampliação de suas relações com as outras pessoas que habitam a vizinhança. Além disso, a expansão das trocas sociais dos moradores possibilita novas articulações das vizinhanças que recebem as RTs com a loucura:

Inseridos em uma residência, os pacientes reconstróem, nesse novo espaço, sua identidade e tecem diariamente uma nova rede social. Dessa forma, pode-se conceber esse serviço como uma ponte entre o hospital e a comunidade. Além de deslocar a assistência do hospital para o território, permite também a criação de uma nova relação entre a loucura e a sociedade (FASSHEBER; VIDAL, 2007, p. 196).

Acreditamos que as relações estabelecidas no contexto das localidades que recebem RTs podem ser reconstituídas por meio dessa convivência com os moradores das RTs, uma vez que: “o sentido do lugar é condicionado estreitamente pela existência de uma troca simbólica e social da qual é o seu suporte” (AGIER, 2011, p. 114). A circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos pode suscitar movimentos de aceitação da loucura e, assim, transformar esses mesmos locais, a partir, principalmente, das trocas cotidianas efetivadas entre os moradores das RTs e os habitantes de tais contextos.

No entanto, essa aproximação social com a loucura favorece mecanismos de proteção identitária por parte dos habitantes das vizinhanças que recebem as RTs, a ponto de promover atitudes de afastamento em relação aos moradores. De fato, o Ministério da Saúde destaca uma série de entraves para a implantação e permanência das RTs nas comunidades, e entre esses empecilhos estão:

[...] as dificuldades políticas e técnicas dos processos de desinstitucionalização, as questões socioculturais emergentes na resistência das comunidades ao processo de reintegração de pacientes de longa permanência e a baixa articulação entre o programa e a política habitacional dos estados (BRASIL, 2011b, p. 25).

Entre as dificuldades apontadas pelo Ministério da Saúde, atemo-nos à resistência das comunidades ao convívio com moradores de RTs. Essa resistência social sobre a implantação ou permanência de RTs foi relatada por outros autores, sendo ilustrada pela negação de proprietários de imóveis em alugar casas para esse fim; pela refratariedade de vizinhos ao convívio, com a criação de abaixo-assinados contrários à permanência das RTs nos bairros; e por atitudes de preconceito e estranhamento sobre os moradores de RTs, evidenciando o distanciamento nessa relação (FURTADO, 2006; PACHECO; ALMEIDA; RODRIGUES, 2007; VIDAL; BANDEIRA; GONTIJO, 2008; BRASIL, 2011b; MOREIRA; CASTRO-SILVA, 2011; MARTINS *et al.*, 2013).

O cuidado praticado na comunidade é essencial para a reconstrução identitária dos moradores das RTs, identidade que estaria desassociada, portanto, do hospital psiquiátrico e vinculada ao contexto comunitário do qual passa a fazer parte. Entretanto, essa situação pode não ser tão bem digerida pelo corpo social que passa a receber as RTs e, assim, adquire sua complexidade, sendo ilustrada pelas resistências:

um dos fatores que pode explicar tal resistência é a existência de um imaginário social, construído histórica e culturalmente, que associa a loucura a elementos como periculosidade, improdutividade, irresponsabilidade e imprevisibilidade (PACHECO; ALMEIDA; RODRIGUES, 2007, p. 125).

No contexto da desinstitucionalização italiana, Basaglia (1982, p. 21) discorre sobre essa situação conflituosa possibilitada a partir da instalação dos serviços de saúde mental nos bairros de Trieste: “quando começamos nosso trabalho de mudança, na realidade nós violentamos a sociedade. Nós obrigamos a sociedade a aceitar o louco e isso criou grandes problemas que não existiam antes”. Consideramos que a discussão sobre a convivência social com moradores das RTs apresenta uma conotação ambígua e, assim, apoiamo-nos

nas considerações de Jovchelovitch (2008, p. 245) para discutir a complexidade que envolve as relações estabelecidas com a loucura no espaço público:

o encontro entre a assim chamada sanidade mental e a loucura foi historicamente marcado por uma profunda ambivalência, em que predominaram as dificuldades daquela para estabelecer um diálogo com esta.

O que acabamos de expor evidencia a complexidade das relações estabelecidas com a loucura nos espaços públicos e ilustra a dificuldade que pode se constituir para os participantes desta pesquisa: a convivência com as RTs e a interação com seus moradores. Defendemos a tese de que as relações sociais estabelecidas no espaço público do conjunto residencial em estudo se fundamentam em relações intergrupais, referidas, portanto, aos processos de constituição identitária das pessoas envolvidas na interação cotidiana com as RTs. No sentido de aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, apropriamo-nos de dois referenciais teóricos, os quais discutiremos a seguir.

Referenciais teóricos

Fundamentamo-nos em dois referenciais teóricos provenientes da Psicologia Social para interpretar e analisar as informações obtidas com a pesquisa de campo: a “Teoria da Identidade Social” e a “Teoria das Representações Sociais”. Consideramos que trabalhar com as duas teorias confere maior fundamentação às nossas análises, complementando e aprimorando a discussão ora apresentada; e, para isso, apoiamo-nos em alguns autores que já utilizaram a “Teoria da Identidade Social” e a “Teoria das Representações Sociais” de forma conjunta, como Breakwell (1993), Jodelet (2005) e Bonomo (2010).

Breakwell (1993) defende a possibilidade de estabelecer uma ligação produtiva entre a “Teoria da Identidade Social” e a “Teoria das Representações Sociais”, associação que beneficiaria ambas as teorias, de modo a fornecer um modelo mais aberto para a análise do papel dos processos identitários na construção social da realidade e propiciar uma consistência teórica que a autora considera importante para a própria Psicologia Social.

De acordo com Breakwell (1993), as relações intergrupais são motivadas por processos de constituição identitária, ao mesmo tempo que estão intimamente conectadas à esfera das representações sociais, uma vez que são as relações intergrupais que determinam a construção das representações sociais, seu rumo e direcionamento na interação

social. Assim, a autora afirma que a forma de uma representação social vai ser determinada pelos interesses grupais. Na esteira desse pensamento, Bonomo (2010) relata que a utilização das teorias de forma conjunta favorece uma compreensão mais ampla e consistente sobre o fenômeno da identidade social:

este diálogo teórico nos parece muito apropriado não apenas quando consideramos as dimensões conceituais e epistemológicas, mas principalmente pela necessidade de assumir o próprio fenômeno segundo linguagem e conteúdo que nos permita, gradativamente, nos aproximar de sua complexidade (BONOMO, 2010, p. 57).

Jodelet (2005) abordou a relação entre as representações sociais e os processos de atribuição identitária em um contexto rural no qual os participantes conviviam com ex- internos de hospitais psiquiátricos. Apesar da semelhança temática e metodológica com nossa pesquisa, a diferença do estudo de Jodelet em relação à nossa realidade se refere ao fato de que se tratava de um espaço rural e, além disso, as famílias pesquisadas pela autora abrigavam os egressos dentro de suas próprias casas, recebendo uma compensação financeira por isso. Na pesquisa de Jodelet, as representações sociais suscitadas a partir da convivência com ex-internos de hospitais psiquiátricos possuíam forte relação com os processos de constituição identitária das famílias que recebiam os egressos. No contexto pesquisado pela autora, as representações sociais possibilitavam a orientação de condutas individuais e ações grupais, mantendo, assim, um distanciamento e uma diferenciação entre as famílias e os egressos. Desse modo, o comportamento social estava amparado em relações intergrupais e por processos de constituição identitária.

O estudo de Jodelet (2005) nos ofereceu subsídios para nossa análise, porque nos possibilitou compreender a relação entre identidade grupal e representações sociais no contexto da convivência

com a loucura. De acordo com a autora, as representações sociais de loucura estavam inseridas no contexto dos processos identitários, sendo essas representações necessárias para possibilitar a medida da convivência social com ex-internos de hospitais psiquiátricos, aspecto que retomaremos mais adiante, no tópico específico sobre as representações sociais.

A articulação teórica possibilita consistência e sustentação essenciais para analisar as concepções sobre a convivência e interação com os moradores das RTs, uma vez que essa integração permite entender com maior propriedade os processos identitários e representacionais que dão corpo às relações intergrupais, constituindo-se como pilares da convivência e da interação social com os moradores das RTs. Apresentaremos, a seguir, as duas teorias que utilizamos para nos amparar na análise e discussão das informações sobre a realidade da convivência com a loucura. Para facilitar a exibição das teorias, optamos por apresentá-las a partir de tópicos separados, iniciando com a “Teoria da Identidade Social” e posteriormente abordando a “Teoria das Representações Sociais”.

A “Teoria da Identidade Social”

Utilizamos como referencial teórico a “Teoria da Identidade Social” (TIS), conforme elaborada por Tajfel (1982, 1983). Trata-se de uma teoria que aborda essencialmente os processos identitários no contexto das relações intergrupais. Apropriamo-nos da teoria, porque entendemos que as relações entre os moradores das RTs e os participantes desta pesquisa estão fundamentadas no âmbito das relações intergrupais e dos processos de constituição identitária, pois “todo o comportamento de dois ou mais indivíduos, uns em relação aos outros, é determinado pela sua pertença a grupos ou categorias sociais diferentes” (TAJFEL, 1983, p. 273).

Tajfel (1983) define um grupo como uma entidade cognitiva que possui forte significado para um indivíduo. Essa definição remete ao sentimento de pertencimento que o indivíduo nutre em relação a determinado grupo. Isto é, a “Teoria Identidade Social” pode ser entendida a partir de seu aspecto psicológico, que se refere ao conhecimento que a pessoa possui de que pertence a um grupo e, também, aos valores e afetos envolvidos nessa pertença, não sendo necessária, nessa ótica, a interação face a face para que seja caracterizado um grupo. Tajfel (1983, p. 189) partiu da premissa de que “um indivíduo

esforça-se por conseguir um conceito ou imagem satisfatória de si próprio” – e essa imagem social, assim como os valores e afetos relacionados, deriva das comparações com outros grupos sociais.

Nessa linha, o autor utilizou quatro conceitos que consideramos essenciais para a compreensão de sua teoria: categorização social, identidade social, comparação social e diferenciação psicológica de grupo. Podemos entender a identidade social como:

aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença (TAJFEL, 1983, p. 290).

O processo de categorização social possibilita a interpretação dos fatos oriundos da realidade por meio de agrupamentos dos acontecimentos sociais, podendo ser entendido como “um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade” (TAJFEL, 1983, p. 291). As categorizações sociais possibilitam a estruturação cognitiva da realidade a partir da diferenciação positiva do próprio grupo e, por conseguinte, se constituem como importante estratégia no processo de constituição identitária:

É deste processo de categorização social, que decorre da capacidade cognitiva e valorativa que aplicamos ao apreender os elementos disponíveis nos diversos contextos, que elaboramos nossas representações acerca do outro e de nós mesmos (BONOMO, 2010, p. 62).

Dessa forma, um dos mecanismos cognitivos dos processos de categorização social consiste nas distinções efetivadas entre o grupo de referência e outros grupos a partir de uma perspectiva comparativa:

A interação entre as diferenças de valor socialmente derivadas por um lado, e os mecanismos cognitivos da categorização, por outro,

têm uma grande importância em todas as divisões sociais entre “nós” e “eles” – ou seja, em todas as categorizações sociais em que se fazem distinções entre o grupo próprio do indivíduo e os grupos alheios em comparação ou por contraste com ele (TAJFEL, 1983, p. 290).

Os estereótipos são generalizações decorrentes das categorizações sociais e consistem na atribuição de características psicológicas a grupos humanos, com função principal de “simplificar ou sistematizar, com vistas à adaptação cognitiva e comportamental, a abundância e complexidade de informação que o organismo humano recebe do meio” (TAJFEL, 1982, p. 162). Os estereótipos possibilitam a estruturação cognitiva, auxiliando na adaptação dos indivíduos ao meio social, ao simplificar e introduzir ordem à complexidade e variação abundante das informações ou estímulos provenientes da realidade social, por meio da ordenação em categorias das informações recebidas. Nesse caminho, Angrosino (2009, p. 84) destaca que, diante da complexidade de uma sociedade urbana, em que as pessoas precisam saber lidar nas diversas situações sociais,

aprendemos a separar as pessoas em tipos ou categorias e reagimos a esses tipos mesmo sem conhecer pessoalmente os indivíduos que os representam. Com toda a certeza, isso leva inevitavelmente a formar estereótipos, às vezes com consequências infelizes.

Os estereótipos são criados por meio das relações estabelecidas em determinado contexto social. De tal modo, podemos afirmar que as funções dos estereótipos, tanto no âmbito grupal como no aspecto individual, estão relacionadas às dinâmicas específicas dos contextos em que operam:

Consideraremos, então, duas funções sociais dos estereótipos: em primeiro lugar, a sua função na contribuição para a criação e preservação de ideologias de grupo, para explicar ou justificar uma

variedade de ações sociais; e, em segundo lugar, o seu papel em ajudar a preservar ou criar diferenciações positivamente valorizadas, dum grupo, em relação a outros grupos sociais (TAJFEL, 1982, p. 164).

Os estereótipos podem ser entendidos como tentativas de compreensão da realidade e, ao mesmo tempo, de preservação da integridade dos valores de determinado grupo. Como vimos, isso ocorre por meio da diferenciação positiva no “endogrupo” (TAJFEL, 1982) em uma perspectiva comparativa com outro grupo ou categoria social colocada em posição de inferioridade. Nesse sentido, os estereótipos podem estar associados a valores negativos, com função de acentuar a diferenciação social entre grupos. A tendência à diferenciação intergrupar está relacionada à necessidade de constituição identitária por parte de um grupo de referência e, nesse sentido, a produção da alteridade é essencial: “na perspectiva psicossocial o que parece ser importante ressaltar é que só construímos o ‘nós’ em contraste ou oposição a um ‘eles’ que é diferente” (SOUZA, 2008, p. 174).

Podemos observar a existência de uma relação entre constituição identitária e alteridade no período da Grécia Antiga. Naquele contexto, foi criada uma oposição entre os habitantes das cidades gregas com outros povos, e assim foi inicialmente inventada a noção de “selvagem” e, em um segundo momento, essa noção foi projetada sobre povos específicos que viviam fora dos limites das cidades gregas. A produção da alteridade com a criação da ideia do selvagem foi importante no contexto grego, pois a criação desse selvagem mitológico e o deslocamento dessa ideia sobre povos específicos favoreceram o processo de constituição da identidade grega de cidadão, de humano pleno. Nesse caminho, foram atribuídas características aos habitantes de “fora da cidade” como monstruosidade e animalidade, acarretando na destituição de traços humanos, ilustrada pela representação sobre esses povos como desprovidos de linguagem e agricultura:

No pensamento grego a noção de selvagem denotava tanto aqueles que não falavam grego, o que chegava a ser equivalente a não possuir linguagem, quanto significava crueldade. Podia significar também desconhecimento da agricultura (ou da noção grega de agricultura, relacionada ao oikos). Em conjunto, essas noções serviam sobretudo para construir uma identidade grega (WOORTMANN, 2000, p. 18).

Com base em Geertz (2001), é possível afirmar que esse distanciamento promovido pela diferenciação intergrupala constituiu a base das relações estabelecidas com a alteridade ao longo da história do Ocidente:

No passado, quando as chamadas culturas primitivas envolviam-se apenas muito marginalmente umas com as outras – referindo-se a si mesmas como “As verdadeiras”, “As boas” ou simplesmente “Os homens”, e desprezando as que se situavam do outro lado do rio ou da serra como “macacos” ou “ovos de piolho”, isto é, não humanas ou não plenamente humanas –, a integridade cultural era prontamente mantida (GEERTZ, 2001, p. 70).

Souza (2008) debate a relação entre identidade e alteridade, destacando que o conceito de identidade social, conforme elaborado por Tajfel, se relaciona intimamente ao conceito de alteridade. Nesse sentido, alerta-nos o autor, erige-se a possibilidade de que o processo de diferenciação social acarrete em violência intergrupala:

[...] processos identitários que radicalizam o confronto com a alteridade podem ser considerados um ponto de mutação que opera a passagem da simples diferenciação social, essencial na formação das identidades, para a violência nas suas diferentes formas de expressão, incluídos aí os processos de exclusão social (SOUZA, 2008, p. 170).

No contexto da análise das relações intergrupais, é comum observar a presença de processos de despersonalização e desumanização de membros do grupo alheio, já que, para proteger a identidade social, um grupo precisa manter a diferenciação positiva em comparação a outros grupos. Contudo, a destituição de traços humanos como estratégia de constituição identitária pode se constituir mais sutilmente, sem necessariamente desumanizar ou despersonalizar explicitamente o outro grupo, mas, ainda assim, pode ser mantida sua desvalorização por meio de estereótipos negativos, o que pode conduzir a processos discriminatórios.

O processo de atribuição de estereótipos negativos sobre o grupo alheio foi observado no estudo de Monteiro, Lima e Vala (1991) com estudantes de graduação em conflito com os graduandos de outro curso. Os autores relatam que os estudantes do curso alheio foram representados a partir de atributos negativos, o que foi interpretado como uma estratégia de valorização do próprio grupo por parte dos participantes. Com base nisso, os autores argumentam que, quanto mais forte se constituir a identidade social de um grupo, maior será o processo de diferenciação intergrupar engendrado em relação aos outros grupos. O processo de diferenciação intergrupar também foi abordado por Bonomo (2010), em estudo sobre representações sociais da cidade, a partir da perspectiva de habitantes de um contexto rural. A autora relata que a cidade foi representada como espaço onde não há educação nem solidariedade, local de pessoas individualistas, em comparação com o ambiente rural, representado como lugar de liberdade, onde as pessoas têm tempo e autonomia, um espaço concebido positivamente.

O conceito de identidade social se relaciona à necessidade de uma imagem socialmente concebida de forma positiva e diferenciada do próprio grupo, o que requer o estabelecimento de uma perspectiva comparativa em relação a outro grupo: “a melhoria da posição dum grupo, e a mais forte afiliação dos seus membros que daí resulta, é conseguida, muitas vezes, à custa da utilização da capacidade do grupo

para pôr outro grupo em desvantagem” (TAJFEL, 1982, p. 157). A constituição de uma identidade social valorizada positivamente ocorre por meio da diferenciação em comparação a outros grupos, os quais, nessa lógica, são colocados simbolicamente em posição de desvantagem na hierarquia social. Essa polarização, muitas vezes facilitada pela ação dos estereótipos negativos, proporciona o contraste necessário para a constituição de uma identidade social positiva: “é esta perspectiva comparativa que estabelece a ligação entre a categorização social e a identidade social” (TAJFEL, 1983, p. 292).

O que torna as comparações sociais um assunto importante de ser debatido, principalmente no contexto da convivência com a loucura, é que geralmente as comparações estão associadas a uma carga emocional, concebidas como “cruciais para o desenvolvimento da imagem que fazemos de nós próprios” (TAJFEL, 1983, p. 374). Assim, os esforços empenhados pelos indivíduos no sentido de diferenciação intergrupala possibilitam a defesa dos interesses grupais, sendo possível observar, no contexto das comparações intergrupais:

[...] a intensificação das distinções vigentes, além da criação e utilização de novas condições que permitam ao grupo superior preservar e acentuar a sua diferenciação psicológica. Isso pode tomar várias formas, tais como a preservação e aumento de muitos tipos de separação psicológica e social, a criação de uma série de símbolos diferenciadores, etc. (TAJFEL, 1983, p. 317).

As categorizações são importantes para promover a diferenciação positiva de um grupo de referência, o qual, por sua vez, tende a se empenhar em preservá-las; para isso, um grupo precisa estabelecer o consenso social sobre as identificações ou diferenciações na esfera pública, o que pode ocorrer por meio de símbolos, imagens, conceitos ou representações. Nesse sentido, o consenso pode ser entendido como um dos componentes sociocognitivos da pertença ao grupo, de forma a estabelecer “quem é quem” na hierarquia social. Além disso, o

consenso pode ter origem a partir de outros grupos e se torna social à medida que é compartilhado na esfera pública, principalmente, por meio do uso de símbolos e representações na comunicação cotidiana.

Não basta adquirir o tipo de diferenciação psicológica que assegure a sua incontestável superioridade; também é preciso preservá-lo. E só é possível preservá-lo se as condições sociais de diferenciação forem cuidadosamente perpetuadas, assim como os sinais e símbolos de estatuto diferente, sem os quais as atitudes de consenso total sobre a distinção ‘superior’ correm o risco de se desintegrarem (TAJFEL, 1983, p. 315).

No contexto dos processos intergrupais, o consenso se constitui como resultado de um esforço em estabelecer uma diferenciação positivamente avaliada, de forma a manter ou criar as fronteiras intergrupais. Mas essa situação pode adquirir contornos preocupantes, caso esse consenso dê origem a processos de discriminação sobre os moradores das RTs. A análise das relações intergrupais no contexto da convivência com as RTs é importante, pois essas relações podem se fundamentar no consenso social estabelecido sobre os moradores das RTs, a partir principalmente de estereótipos ou representações sociais dos moradores associados a valores negativos, e nesse percurso: “pode passar muito tempo até que este consenso externo dê origem à criação de claras fronteiras de grupo, de regras formais institucionalizadas e de características específicas de comportamento social informal” (TAJFEL, 1983, p. 353-354).

Acreditamos que as interações dos participantes com os moradores das RTs podem se fundamentar em categorizações sociais que se efetivam diante de uma necessidade de proteção da identidade social dos participantes, sobretudo por meio do estabelecimento de diferenciação intergrupar e do consenso sobre a necessidade de distância ou separação social. A razão para a diferenciação positiva reside na necessidade dos indivíduos em conferir significado para as situações,

por meio da identidade social, e assim: “esta necessidade é satisfeita pela criação de diferenças intergrupo quando tais diferenças não existem de fato, ou pela atribuição de valor e de realce a quaisquer diferenças existentes” (TAJFEL, 1982, p. 313).

Nesse percurso, as situações sociais podem acentuar o significado da pertença a um grupo social e, dessa forma, consideramos que a circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos pode favorecer atitudes de separação, com função de proteção identitária. A análise da convivência com as RTs apresenta considerável complexidade, pois a participação dos moradores das RTs na esfera pública satisfaz aos objetivos da desinstitucionalização; mas, ao mesmo tempo, pode se constituir como um risco à identidade social dos habitantes do conjunto residencial ou do bairro que passa a receber as RTs em sua vizinhança, podendo acirrar mecanismos de defesa identitária e, por conseguinte, de discriminação social contra os moradores das RTs.

Com base nessas informações, consideramos que as relações entre moradores das RTs e os habitantes do conjunto residencial podem se pautar na necessidade de constituição de uma identidade social diferenciada e avaliada positivamente, de modo a estabelecer o consenso sobre os moradores das RTs como pessoas inábeis para o convívio social, promovendo seu afastamento.

A “Teoria das Representações Sociais”

Tendo em vista o vasto material produzido na literatura nacional e internacional sobre a “Teoria das Representações Sociais” (TRS), optamos por trabalhar com autores que consideramos essenciais para as discussões que realizamos, isto é, que tangenciem o contexto da convivência social com moradores de RTs. Nesse sentido, apropriamo-nos principalmente das contribuições de Jovchelovitch (1998, 2000, 2004, 2008), Jodelet (2005) e Moscovici (2012). O estudo das representações sociais pode nos auxiliar a compreender as relações intergrupais na convivência e interação com os moradores das RTs, uma vez que as representações sociais dessa convivência se relacionam aos processos de constituição identitária dos grupos envolvidos e conferem contorno às relações sociais.

A investigação das representações sociais, produzidas no contexto em que pesquisamos, pode nos oferecer informações essenciais para debater os processos de reinserção social e desinstitucionalização. Breakwell (1993) afirma que as representações sociais são utilizadas pelos grupos com funções específicas, uma vez que um grupo produz as representações sociais para defender seus interesses e proteger sua identidade social.

Assim, a produção e a utilização das representações sociais podem variar de acordo com as necessidades grupais.

De acordo com Jodelet (2005), as representações sociais de loucura, observadas no contexto de sua pesquisa, permitiam a convivência com os egressos do hospital psiquiátrico por meio de práticas sociais que favoreciam o distanciamento simbólico e social, práticas inseridas, portanto, no contexto das relações intergrupais. A pesquisa da autora possibilitou um aprofundamento teórico para conduzir nossa análise, principalmente porque demonstrou a importância dos processos de constituição identitária na determinação da relação social estabelecida com os ex-internos de hospitais psiquiátricos nos encontros públicos.

Observamos, na pesquisa de Jodelet (2005), que a diferenciação em relação aos egressos de hospitais psiquiátricos foi realizada no sentido de favorecer a atribuição identitária de forma positiva dos grupos que conviviam intimamente com a loucura. Por isso, a constituição da identidade avaliada positivamente na esfera social se tornou uma preocupação tão saliente para as pessoas que passavam a conviver e coabitar com os egressos dos hospitais psiquiátricos, como a própria periculosidade social historicamente associada à loucura. Além disso, a autora destaca que as famílias que hospedavam os ex-internos de hospitais psiquiátricos compartilhavam representações de que os líquidos corporais deles – como sangue, suor e saliva – poderiam, de certa forma, contagiar as pessoas. Desse modo, as roupas dos egressos eram lavadas separadamente, os copos e talheres eram diferenciados, sendo também evitado o contato íntimo. Portanto, as representações sociais da loucura, naquele contexto, estavam relacionadas aos processos de constituição de identidade das famílias que abrigavam os egressos em suas casas.

Conforme Breakwell (1993), as representações sociais podem ser formadas por uma complexa rede de relações, e estão passíveis de mudança, de acordo com a natureza das relações intergrupais em que se inserem. Ao mesmo tempo, as relações intergrupais podem determinar as funções para uma dada representação social, uma vez que as interações cotidianas implicam processos representacionais. A TRS

possibilita analisar de forma consistente os processos de constituição identitária na convivência com as RTs, uma vez que as representações sociais dessa convivência estão intimamente conectadas à necessidade de constituição de uma identidade avaliada positivamente. Nesse sentido, a necessidade de constituição e defesa identitária dos habitantes da vizinhança das RTs se consolida como um aspecto determinante das relações intergrupais e interações sociais estabelecidas nesse contexto, podendo ser respondida por meio da utilização das representações sociais dos moradores das RTs associadas a valores negativos.

Amplamente utilizada por várias disciplinas, a TRS se consolidou como importante referencial para pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. Podemos afirmar que o conceito de representações sociais, como sistematizado por Moscovici (2012), tem raízes na Antropologia, mas foi influenciado principalmente pelo conceito de “representações coletivas” proveniente da Sociologia. No intuito de diferenciar “representações sociais” do termo da Sociologia, por considerá-lo genérico e estático, Moscovici destacou a fluidez, o aspecto simbólico e a especificidade, que, em sua visão, seriam as características principais do fenômeno das representações sociais.

Duveen (2012) ressalta que a expressão “representações sociais”, tal como foi trabalhada por Moscovici (2012), faz referência à natureza heterogênea dos saberes de senso comum. Assim, o autor nos oferece a seguinte explicação sobre essa distinção entre as representações sociais e coletivas:

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas (DUVEEN, 2012, p. 15).

Segundo Alves-Mazzotti (2008, p. 26), o conceito de representações sociais, conforme utilizado por Moscovici,

procura estabelecer um modelo capaz de dar conta dos mecanismos psicológicos e sociais de sua produção, suas operações e suas funções, permitindo relacionar interações sociais, processos simbólicos e condutas.

As representações sociais podem ser entendidas como teorias do senso comum, e fazemos uso delas nas diversas situações cotidianas, ao mesmo tempo que é no próprio cotidiano das interações sociais que as representações se constituem e reconstituem os elementos do meio social, evidenciando a sua natureza dinâmica e flexível:

Estas interações sociais vão criando “universos consensuais” no âmbito dos quais as novas representações vão sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como verdadeiras “teorias” do senso comum, construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas. Essas “teorias” ajudam a forjar a identidade grupal e o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 21).

Breakwell (1993) afirma que as representações sociais determinam a identidade de um grupo, de modo a traçar as linhas que definem os limites do pertencimento, ou seja, estabelecendo “quem está dentro” e “quem está fora”. Assim, as representações sociais respondem a interesses específicos de determinado grupo, de forma a delimitar os objetivos para a ação grupal.

Como afirmamos anteriormente, a pesquisa de Jodelet (2005) com famílias que passaram a coabitar com ex-internos de hospitais psiquiátricos, no interior da França, foi essencial para pensarmos nossos objetivos com base nessa relação entre processos de constituição identitária e as representações sociais. Em seu contexto pesquisado, a autora observou um distanciamento social em relação aos egressos das instituições psiquiátricas, ilustrado por duas formas principais de resposta social

à convivência: o medo da alteridade representada pela loucura, assim como a defesa de uma integridade identitária: “o que ali está em jogo é a defesa da identidade do grupo, por meio de condutas individuais, socialmente regulamentadas” (JODELET, 2005, p. 123-124).

A autora ainda argumenta que o maior risco para a comunidade que passou a conviver com ex-internos de hospitais psiquiátricos não se constituía na periculosidade historicamente atribuída aos egressos, o que poderíamos inicialmente supor, mas na destituição da diferença que cognitivamente separava os grupos, distinção ilustrada pela dicotomia composta por “civis” e “malucos”. Assim, aquela comunidade, “visando ao melhor para os seus interesses e sua defesa, inventou uma instituição social que permite integrar, sem incorporá-lo a si, um grupo exógeno” (JODELET, 2005, p. 352).

Jovchelovitch (2008) relata que a necessidade de diferenciação entre “civis” e “malucos”, tal como observado na pesquisa de Jodelet, estava na base das relações daquela comunidade, exercidas com os egressos de hospitais psiquiátricos:

Sua etnografia demonstra com grande força que o contato, a intimidade e o hábito que caracterizavam o encontro intersubjetivo entre pacientes e comunidade deram origem a uma dinâmica cujo imperativo principal era a necessidade urgente de demarcar a diferença e estabelecer a separação: saber bem quem era e quem não era louco estava no centro da interação entre comunidade e pacientes (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 248).

Com base em Moscovici (2012), podemos afirmar que essa polaridade representada pela expressão “nós” e “eles” se constitui como peça fundamental aos processos identitários, podendo se tornar saliente, sobretudo, na convivência com moradores das RTs:

é desse modo que os doentes mentais, ou as pessoas que pertencem a outras culturas, nos incomodam, pois essas pessoas são

como nós e contudo não são como nós; assim nós podemos dizer que eles são ‘sem cultura’, ‘bárbaros’, ‘irracionais’ etc. (MOSCOVICI, 2012, p. 55-56).

Nessa argumentação, o autor prossegue:

A distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social, onde nos sentimos incluídos [...]. Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de “nós” e “eles”; de opor “nós” a “eles”; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro (MOSCOVICI, 2012, p. 50).

Um grupo ou indivíduo pode utilizar as representações sociais como suporte para entender a realidade social, para agir sobre esta, e também como meio de constituição identitária. Segundo Jovchevitch (2000, p. 175),

as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública. A esfera pública – enquanto espaço da realidade intersubjetiva – é o terreno no qual elas são geradas, cristalizam-se e se transformam.

O estudo das representações sociais possibilita compreender os significados que estão inseridos na rede de relações intergrupais de dado contexto social:

É através das representações sociais (especialmente as hegemônicas) dos objetos sociais com os quais os grupos interagem que os indivíduos podem estabelecer espaços de comunicação/ apropriação e trocas no âmbito de sua vida social (BONOMO, 2010, p. 56).

Assim, podemos ressaltar a importância dos momentos de conversa entre os moradores das RTs e os habitantes e comerciantes da região onde passem a residir. Trata-se de um aspecto primordial, pois favorece sua reconstrução identitária, a partir da mediação simbólica, na relação estabelecida com os diversos atores e lugares sociais.

Conforme Nascimento-Schulze e Camargo (2000), uma das formas de estruturação e reprodução das representações sociais é por meio da comunicação cotidiana. Nesse raciocínio, a comunicação é a condição fundamental para que ocorra a interação, constituindo-se como meio essencial com o qual as pessoas compartilham o conhecimento prático sobre os acontecimentos sociais. Moscovici (2012, p. 41) compartilha da opinião dos autores e destaca: “pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação”.

De acordo com Jovchelovitch (2004), as ações comunicativas produzem símbolos que, por meio das representações sociais, conferem sentido e significado para a realidade:

A representação trabalha colocando algo no lugar de algo, seu trabalho é um trabalho de deslocamento simbólico. Esse deslocamento de objetos e pessoas que dá a cada um e a todos uma nova configuração é a essência da ordem simbólica (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 22).

Bonomo (2010, p. 73) também discorre sobre o elemento simbólico constituinte das representações e afirma que:

Todos os nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. É uma questão de palavras, mas também de imagens mentais, crenças, ou – pré-concepções.

Moscovici (2012) desenvolveu sua teoria focalizando o aspecto simbólico das representações sociais, ou seja, a capacidade de criar

imagens para representar algo não familiar, sendo possível entender que os símbolos conferem significados para as relações sociais. Nessa linha, Souza (2012) argumenta que a realidade é construída por meio das representações sociais e, dessa forma, a natureza simbólica das representações sociais não as tornam menos concretas, pois:

É exatamente o mundo concreto, dos instrumentos, das habitações, dos meios de produção e de transporte, dos recursos energéticos, da alimentação, das artes, das instituições como família, escola, igreja, hospital, governo, enfim, é exatamente o mundo concreto das coisas e das pessoas que é intrinsecamente constituído por símbolos (SOUZA, 2012, p. 128).

Jovchelovitch (1998, p. 77) destaca que as representações sociais são construções que possuem estreita relação com o contexto social onde são utilizadas,

estando, portanto, intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais. Por vezes, representações se chocam e competem na esfera pública. Por vezes, elas se interpenetram de maneira dialógica e produzem novas representações.

A construção simbólica, assim como sua substituição por símbolos mais apropriados – isto é, de acordo com as necessidades do contexto onde ocorre a interação –, consolida-se como importante passo para a diferenciação intergrupual, no sentido de manter certa superioridade do próprio grupo em relação a outro grupo, colocado em posição inferior na hierarquia social. Podemos considerar as representações sociais como fenômenos flexíveis e engendrados por símbolos:

Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão

oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (MOSCOVICI, 2012, p. 41).

Uma das características fundamentais das representações sociais consiste em sua finalidade prática, servindo como uma ferramenta para a compreensão da realidade e, igualmente, com funcionalidade para nortear a ação individual e grupal nas diversas situações sociais. Podemos afirmar que as representações sociais delineiam práticas sociais, ao mesmo tempo que essas práticas podem atuar na manutenção ou transformação das representações sociais: “práticas podem *atualizar* representações, ou seja, colocá-las em ato, fazer viver no presente a força prescritiva do passado e das ideias coletivas. Podem também transformar representações” (SOUZA, 2012, p. 136).

Consideramos que as representações sociais funcionam como um guia para os comportamentos no contexto das relações intergrupais e, nesse sentido, podemos compreender as representações sociais como:

[...] uma forma de pensamento social, cuja gênese, propriedades e funções devem ser relacionadas com os processos que afetam a vida e a comunicação sociais, com os mecanismos que concorrem para a definição da identidade e a especificidade dos sujeitos sociais, indivíduos ou grupos, assim como a energética que está na origem das relações que esses grupos mantêm entre si (JODELET, 2005, p. 50).

As representações sociais possibilitam manter a estrutura social, assim como conferem espaço para a elaboração de novas representações, de acordo com as nuances e necessidades dos locais onde ocorrem:

as representações sociais são inseparáveis da dinâmica do cotidiano, onde a mobilidade das interações do presente pode, potencialmente, desafiar tradições estabelecidas, abrindo novos sentidos para as tradições vindas do passado” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 176).

Moscovici (2012) afirma que as pessoas fazem uso de maneiras de pensar que podem ser divergentes e contraditórias, o que, no entanto, se constitui como uma característica comum às representações sociais. Essa característica polissêmica das formas representacionais o autor denominou de “polifasia cognitiva”. Para debater essa multiplicidade das representações sociais, Jovchelovitch (2004) faz uso do conceito de “polifasia cognitiva” desenvolvido por Moscovici (2012): trata-se de um conceito que nos possibilita interpretar a contradição que observamos no discurso dos participantes dessa pesquisa, e se refere, basicamente, à variabilidade do saber presente nas formas representacionais.

Um grupo pode apresentar um discurso contraditório sobre determinado assunto, de acordo com os interesses e as funções às quais as representações elaboradas por tal grupo preenchem, uma vez que: “a dinâmica da forma representacional lhe permite a variação e a capacidade de conter tantas racionalidades quantas necessárias à variedade infinita de situações socioculturais que caracterizam a experiência humana” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 27).

Moscovici (2012) relata que a natureza polissêmica da linguagem, assim como a polifasia inerente a todo conhecimento, constitui-se como característica essencialmente humana. No contexto dessa polifasia cognitiva, podemos encontrar coexistindo, em um mesmo indivíduo ou grupo, maneiras supostamente incompatíveis de pensamentos e representações: “as pessoas são capazes, de fato, de usar diferentes modos de pensamento e diferentes representações, de acordo com o grupo específico ao qual pertencem, ao contexto em que estão no momento etc.” (MOSCOVICI, 2012, p. 328).

Essa característica plural das representações sociais assume uma função importante de proteção da identidade social, pois sua flexibilidade possibilita que se mantenha intacto o núcleo dos valores grupais, favorecendo a diferenciação. Nesse percurso, entendemos que os grupos “estabelecem a sua identidade e sua diferença nas e pelas representações” (JODELET, 2009, p. 120).

Diante dessa pluralidade e do caráter polissêmico, as representações sociais podem ser entendidas como constituintes de mediações simbólicas que possibilitam a atribuição identitária, respondendo à necessidade de diferenciação intergrupala nos contextos em que operam:

no plano da afiliação grupal nas relações cotidianas, os indivíduos possuem representações acerca de sua própria realidade, as quais poderão orientar os comportamentos possíveis nas suas interações com os demais grupos e nortear as identificações/diferenciações sociais (BONOMO, 2010, p. 72).

A constituição de uma identidade social positiva pode ser conseguida por meio das representações sociais, o que molda as relações intergrupais nos contextos das comunidades que recebem RTs e, ao mesmo tempo, delinea o comportamento nas diversas situações ocorridas no espaço público:

Mas as representações também imprimem direção às relações intergrupais: previamente à interação, cada grupo dispõe já de um sistema de representações que lhe permite antecipar os comportamentos do outro e programar a sua própria estratégia de ação (CABECINHAS, 2004, p. 132).

As relações estabelecidas na convivência com as RTs podem estar pautadas em representações sociais de seus moradores associadas a atributos negativos, ocasionando resistências sociais e configurando conflito intergrupala (FURTADO, 2006; PACHECO; ALMEIDA; RODRIGUES, 2007; VIDAL *et al.*, 2008; BRASIL, 2011b; MOREIRA; CASTRO-SILVA, 2011; MARTINS *et al.*, 2013). Após uma década de implantação das primeiras RTs, interessa-nos analisar as concepções dos habitantes do conjunto residencial sobre questões relacionadas à convivência com as RTs.

Aspectos metodológicos

Estruturamos a prática de campo visando conhecer as concepções de habitantes e comerciantes do conjunto residencial, sobre a convivência e a interação com os moradores das RTs nos espaços públicos e comerciais. Consideramos o método como uma etapa essencial em qualquer investigação científica, pois, independentemente de sua natureza – seja uma investigação qualitativa, seja quantitativa, seja uma interlocução das duas –, é importante conduzir o método da forma o mais apropriada e consoante possível com os objetivos propostos em toda pesquisa. A escolha por determinado método não está isenta de valor moral por parte do pesquisador, o qual terá responsabilidade sobre os resultados apresentados, uma vez que: “toda pesquisa é ao mesmo tempo um recorte da realidade e uma criação do pesquisador” (VASCONCELLOS; VIANA; SANTOS, 2007, p. 54).

Diante disso, a etnografia foi o método que consideramos mais apropriado para nossa proposta, uma vez que nossa ideia essencial era ir a campo para realizar observações, conversar e, de modo geral, interagir com as pessoas. Essa preocupação com o método adquire contornos significantes, principalmente no contexto de pesquisa de rua como a etnografia, em que qualquer comportamento inapropriado por parte do pesquisador pode colocar em risco todo o andamento da pesquisa. Carvalho, Império-Hamburguer e Pedrosa (1999) entendem

o método como uma forma de pensamento sistemático, fundamentado em um quadro teórico que visa organizar a experiência para produzir conhecimento sobre determinado fenômeno. Nessa visão, o método não se restringe a qualquer disciplina nem se confunde com procedimentos metodológicos, mas pode ser entendido como:

a forma de pensamento que articula essas opções de procedimento com as perguntas perseguidas, dentro de referenciais coerentes de acordo com uma determinada lógica e teorização prévias e a partir dos quais o observado adquire o *status* de “dado” (CARVALHO; IMPÉRIO-HAMBURGUER; PEDROSA, 1999, p. 206).

Entendemos o método como um conjunto de meios utilizados para produzir e comunicar um determinado conhecimento. Nesse sentido, realizamos esta pesquisa por meio da abordagem metodológica qualitativa, uma vez que tal modalidade de investigação científica nos possibilita “observar o comportamento que ocorre naturalmente em âmbito real” (GÜNTHER, 2006, p. 204); isto é, na convivência e interação cotidiana das relações intergrupais estabelecidas no bairro que recebe as RTs. A escolha pela abordagem qualitativa ocorreu por questões relacionadas às preferências pessoais e teóricas do autor do livro, cujo interesse se pautava em conhecer o discurso e as relações dos participantes, a partir do contato direto com o meio em que essas pessoas vivem. Por isso, optamos pela pesquisa qualitativa por questões de afinidade e por considerar que, assim, poderíamos contribuir com mais qualidade para a produção e divulgação do conhecimento obtido.

De acordo com Flick (2009, p. 8), a pesquisa qualitativa é comumente utilizada para investigação de fenômenos sociais, entretanto: “é cada vez mais difícil encontrar uma definição comum de pesquisa qualitativa que seja aceita pela maioria das abordagens e dos pesquisadores do campo”. Em nossa opinião, essa dificuldade de definição da pesquisa qualitativa pode ser entendida pela complexidade

da realidade pesquisada por essa abordagem. Nascimento-Schulze e Camargo (2000, p. 289) relatam que

a abordagem qualitativa desenvolve delineamentos metodológicos que buscam ser suficientemente abertos para fazer justiça à complexidade dos temas atuais. Nessa abordagem, os fenômenos não são fragmentados em variáveis simples, mas são estudados em sua totalidade”.

Apesar da dificuldade implícita em sua definição, Flick (2009) destaca que a pesquisa qualitativa objetiva entender, descrever ou explicar determinados fenômenos, sendo que os dados podem ser constituídos por meio das experiências entre indivíduos ou grupos, como as práticas cotidianas, ou então por interações e comunicações que estejam sendo desenvolvidas no campo de pesquisa. Para Minayo (2004), a pesquisa de campo se constitui como peça fundamental ao método qualitativo de investigação, sendo comumente utilizadas, nessa vertente, entrevistas e observação. Por sua vez, Chizzotti (2005, p. 84) entende os dados em pesquisa qualitativa como fenômenos formados por fluxo de relações estabelecidas nas vivências diárias dos atores sociais, expressando-se “em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos”.

A pesquisa qualitativa, na visão de Minayo (2004, p. 101), é importante na compreensão de valores e relações de determinado grupo, pois possui como premissa básica a interação social: “a investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”. No contexto da abordagem qualitativa, o observador é parte integrante do processo de conhecimento, participando ativamente da vida cotidiana do grupo em questão: “o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” (CHIZZOTTI, 2005, p. 80).

A interação entre pesquisador e participantes se mostra apropriada no sentido de contemplar e apreender com maior intensidade

e dinamismo as relações do cotidiano, como as questões afetivas e as experiências dos atores sociais. Nessa finalidade, a linguagem de senso comum por parte do pesquisador em seu intercâmbio com os participantes é importante para o êxito da pesquisa (MINAYO, 2004). Por isso, acreditamos que o embasamento teórico etnográfico é apropriado aos objetivos que propomos, pois a etnografia se consolidou como uma disciplina que oferece contribuições importantes para a condução da pesquisa de campo: “em qualquer situação, os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam” (ANGROSINO, 2009, p. 31). Segundo Flick (2009), o referencial etnográfico desempenhou papel fundamental na história da pesquisa qualitativa, uma vez que a abordagem qualitativa se fundamenta em estudos produzidos em situações de campo, e a etnografia se especializou exatamente nesse tipo de investigação empírica.

Apoiamo-nos na contribuição de Narita (2006) para destacar a importância do uso da etnografia como forma de obter os dados, principalmente no contexto em que realizamos nossa pesquisa de campo:

O *modus vivendi* se expressa no cotidiano. E, no cotidiano, entramos em contato com as diversas formas de viver, de habitar, de alimentar-se, de agir no mundo. Daí a riqueza da pesquisa de caráter etnográfico, na qual o pesquisador habita o campo e pode estabelecer relações, e ir além da simples coleta dos discursos (NARITA, 2006, p. 30).

A etnografia surgiu da Antropologia e, nas últimas décadas, tem sido largamente utilizada por diversas áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, inclusive na Psicologia Social. Nesse contexto, vem sendo definida essencialmente como pesquisa fundamentada no trabalho de campo e no registro dessa prática (BIZERIL, 2004; MINAYO, 2004; NEVES, 2006; ROCHA; ECKERT, 2008). Em suma, a etnografia pode ser entendida como “a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus

comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 30).

Para coletar os dados no contexto da pesquisa etnográfica, o pesquisador permanece no campo de estudo por um período de tempo que pode variar entre semanas ou meses, podendo ser realizadas entrevistas, conversas e interações com os habitantes do local, assim como registros em diários de campo decorrentes das observações etnográficas: “observação é o ato de perceber um fenômeno, muitas vezes com instrumentos, e registrá-lo com propósitos científicos” (ANGROSINO, 2009, p. 74).

Realizamos nossa pesquisa de campo em um lugar chamado Conjunto Residencial Santana (CRS). Trata-se de um local caracteristicamente composto por habitações que, de acordo com os participantes, teria sido inaugurado em 1975. Localiza-se no bairro de Santana, município de Cariacica, que integra a região metropolitana da Grande Vitória; portanto, existe o bairro de Santana, e o Conjunto Residencial Santana, localizado no interior desse bairro. De acordo com uma participante:

Santana aqui tem 57 anos, a minha idade. Agora o conjunto não, porque o conjunto é mais novo. Entendeu? Aqui era uma chácara, quando eu morava lá embaixo. Fizeram o conjunto, me casei e vim morar aqui... tem 27 anos que eu moro aqui.

O CRS se localiza entre duas importantes e movimentadas rodovias: a BR-101 e a Rodovia José Sette, por onde se dá o acesso principal, praticamente o único possível para automóveis. Possui poucos estabelecimentos comerciais. Na entrada do local, podemos observar uma placa antiga de ferro onde se lê: “Sejam bem-vindos ao Conjunto Residencial Santana – Centro Comunitário Nossa Senhora da Vitória”. Subindo a rua principal do conjunto residencial, encontramos uma padaria, alguns bares, lanchonetes, restaurantes, uma igreja católica e uma maranata, unidade básica de saúde, um centro municipal de educação infantil, associação comunitária, quadra poliesportiva,

praça pública, entre outros espaços. Vale destacar que alguns desses locais margeiam a pracinha do CRS.

No sentido de complementar nossa descrição sobre o conjunto residencial, destacamos o relato de Moreira e Castro-Silva (2011, p. 550), realizado sobre esse mesmo local: “as casas, acompanhadas pela pesquisa, estão instaladas em bairros populares com boa estrutura de saneamento, bom comércio local e espaços de convívio entre os moradores, com praças e jardins”. Uma das características marcantes do conjunto residencial é que foi construído a aproximadamente um quilômetro do antigo Hospital Aduino Botelho (HAB), instituição psiquiátrica estadual da qual são provenientes os moradores que vivem nas RTs. Ressaltamos que o HAB foi transformado em Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC) dois meses após o encerramento da nossa pesquisa de campo, em abril de 2012.

O conjunto residencial foi construído em um terreno inclinado, mais ou menos uns duzentos metros em ladeira por cerca de dois quilômetros de extensão, de modo que, ao entrarmos em seus limites, em determinado momento de sua altitude, é possível visualizar a estrutura do hospital psiquiátrico. O Hospital Aduino Botelho foi inaugurado em 1954 e funcionou por aproximadamente 58 anos. Dessa forma, quando o conjunto residencial foi criado, o hospital psiquiátrico já existia por quase vinte anos naquela região, sendo possível afirmar que a história do conjunto residencial foi construída com forte relação com o hospital psiquiátrico, o qual, nas palavras de um participante, “é uma referência” para o conjunto residencial.

Além da proximidade geográfica e simbólica com o HAB, o conjunto residencial se destaca por receber as RTs desde 2004, período em que foi instalada a primeira, com população masculina. Dois anos depois, em 2006, foram implantadas mais duas, em um total de cinco em Cariacica e, finalmente, em 2012, foram inauguradas outras dez na Grande Vitória, transformando o hospital psiquiátrico em hospital de atenção clínica. No momento da pesquisa de campo, havia no CRS três RTs, sendo duas femininas e uma masculina.

O conjunto residencial não possui largas dimensões, de modo que, para dar um exemplo, é possível caminhar por toda sua extensão, contornando-o em cerca de vinte minutos. Alguns lugares no interior do conjunto residencial constituem terrenos baldios que servem de atalhos, espaços para pequenas plantações ou locais para um descanso debaixo da sombra de árvores. Construções se edificam no conjunto residencial por cima das já existentes, e não foi raro perceber, além das obras já visíveis, materiais de construção nas calçadas, indicando que muitas outras reformas ou obras estão por vir. Por alguns momentos, observamos poucas pessoas circulando pela rua, principalmente se chovia um pouco. No conjunto residencial, as pessoas se cumprimentam pela rua, de modo que não é exagero afirmar que todos que habitam ali se conhecem.

Realizamos nossa pesquisa de campo entre os meses de outubro de 2011 e fevereiro de 2012, em dias e horários diversificados, no sentido de contemplar as dinâmicas do cotidiano do conjunto residencial. Foram realizados seis momentos de imersão no local de pesquisa para a realização das entrevistas e observações, as quais duraram, aproximadamente, de duas horas a quatro horas e meia. De acordo com Sato e Souza (2001), a permanência do pesquisador em campo de coleta possibilita melhor compreensão sobre a cultura local, ao mesmo tempo em que favorece a inserção e a permanência do investigador no campo, familiarizando-se e tornando-se familiar para as pessoas do lugar.

Estar em campo para obter informações não se constitui como uma tarefa simples, pois:

imersão no campo exige disponibilidade subjetiva, numa apreensão fenomenológica da mesma, que favoreça que sentidos sejam aguçados, vivências corporais experimentadas e o fascínio do extraordinário ceda progressivamente lugar aos (ou incorpore) encantos calmos do cotidiano (NUNES; TORRENTÉ, 2013, p. 2862).

Minayo (2004) afirma que, no trabalho de campo, o pesquisador precisa se colocar sob o ponto de vista do grupo estudado, em

uma relação cada vez maior de interação social, demonstrando respeito, empatia e sensibilidade para apreender a lógica e cultura do contexto pesquisado:

Na verdade, em relação aos grupos que elege, o pesquisador é menos olhado pela base lógica dos seus estudos, e mais pela sua personalidade e comportamento. Seus contatos no campo querem saber se ele é “uma boa pessoa” e que não vai “fazer mal ao grupo”, não vai trair “seus segredos” e suas estratégias de viver a realidade concreta (MINAYO, 2004, p. 144).

Narita (2006), igualmente, destaca a importância de direcionar atenções para a figura do pesquisador durante a prática em campo, entendendo que essa variável possibilita maior qualidade das informações concedidas:

[...] a própria pessoa do pesquisador é julgada pelo entrevistado, e, de acordo com o grau de aprovação, o entrevistado se sente mais ou menos disponível à entrevista e mais ou menos confiante para revelar questões mais profundas ou mesmo sigilosas (NARITA, 2006, p. 27).

Confirmamos essas informações que destacam a importância do pesquisador durante a pesquisa de campo, expressas, principalmente, por meio de alguns relatos dos participantes. Parte desse material sequer foi registrada em áudio, pois, muitas vezes, já havíamos desligado o aparelho de gravação no momento em que estabelecíamos o diálogo com os participantes, como ilustram os recortes de diários de campo a seguir:

Em determinado momento, em off, ele começa um diálogo com conteúdo do tipo “tem uns doutores aí que não sei o quê, mas você não, você a gente vê que é mais humilde...”. (Diários de campo)

Por certo momento, já em off, eles me questionam sobre o que era “exatamente” que eu estava querendo ali. Questionaram também sobre quais eram meus objetivos. (Diários de campo)

Apesar desses relatos, acreditamos que transmitimos confiança aos participantes, uma vez que, além das poucas recusas em participar da pesquisa, ouvimos sobre situações que envolveram relações mais íntimas dos participantes, queixas sobre o perigoso trânsito que beira o conjunto residencial pesquisado, com intenso tráfego de caminhões e pouca estrutura para o pedestre, entre outras que ultrapassavam os objetivos da pesquisa. Podemos ressaltar a importância das conversas informais com os habitantes do local, no sentido de criar uma aproximação e favorecer o estabelecimento de relação de confiança. Conversamos com proprietários de bares, padaria e salão de beleza. Além disso, dialogamos brevemente com um cuidador e com os próprios moradores das RTs no momento em que se encontravam na pracinha. Pessoas próximas dos participantes, como amigos ou parentes, também nos concederam informações que consideramos relevantes para complementar as informações provenientes das entrevistas e das observações, assim como se constituem como valiosas peças para estabelecimento dessa relação de confiança.

As conversas informais foram essenciais no sentido de fortalecer os laços do pesquisador no campo de estudo, facilitando a inserção e a familiaridade com os habitantes do conjunto residencial. Trata-se, portanto, de características essenciais ao método etnográfico de pesquisa. Além das questões relacionadas ao próprio investigador, diversos autores alertam para o risco de a etnografia se resumir a uma técnica de recolhimento de dados e reprodução da fala dos participantes, ou então a um tipo de denúncia. Diante disso, compreendemos que a etnografia precisa ser considerada também como procedimento de pesquisa que permite aos entrevistados a reflexão sobre as próprias vivências (CARIA, 2000; SATO; SOUZA, 2001; ARAUJO, 2004). Em nossa pesquisa, possibilitamos que os participantes refletissem, ao

menos minimamente, sobre as temáticas propostas. Por exemplo, destacamos uma ocasião de confraternização na igreja católica do local, em que nos sentamos e comemos bolo com café enquanto esperávamos uma participante, que nos concederia uma entrevista. Nesse momento, algumas pessoas que se encontravam ao nosso redor iniciaram uma espécie de debate sobre a presença das RTs no conjunto residencial, com algumas opiniões favoráveis, e outras nem tanto.

De acordo com Nunes e Torrenté (2013, p. 2861), é possível afirmar que a pesquisa etnográfica pode igualmente estar acoplada de implicação por parte do pesquisador, uma vez que “uma análise etnográfica crítica tem como intenção desnaturalizar o mundo, evidenciando suas construções sociais, culturais e políticas”. Na pesquisa etnográfica, é necessário que o pesquisador possua certa dose de cautela, pois “estar no campo em busca de informações que levem à construção de uma pesquisa exige uma postura flexível, porém vigilante, sob pena de dele sairmos com muitas informações, mas nenhuma pesquisa” (SATO; SOUZA, 2001 [s. p.]).

As pessoas que participaram da pesquisa como entrevistados ou informantes são habitantes e/ou comerciantes do local, o qual, no momento da pesquisa de campo, recebia três RTs, sendo duas habitadas por mulheres e uma com população masculina. Apesar de a maioria dos usuários das RTs do local da pesquisa ser composta por mulheres, optamos por utilizar o termo genérico “morador” no masculino para facilitar a redação, mas em referência tanto aos moradores quanto às moradoras das RTs do conjunto residencial.

Por sua vez, os participantes serão referidos como “habitantes” para não confundir com “morador”, mesmo que se constituam como habitantes e comerciantes. Em relação ao número de participantes, ressaltamos que alcançamos 24 entrevistas, sendo que três foram conduzidas com duas ou mais pessoas, o que nos confere um total aproximado de 27 participantes. Além desses participantes que constituíram as entrevistas, conversamos e interagimos com outras pessoas, em sua maioria, habitantes ou comerciantes do conjunto residencial, além

de um cuidador e alguns moradores das RTs, possibilitando informações complementares em relação às entrevistas e às observações.

Utilizamos entrevistas com roteiro semiestruturado e observações com registros em diários de campo. Guiamos as observações de forma não sistemática, visando conhecer o espaço físico local e captar as relações dos participantes no espaço público, no sentido que destaca Angrosino (2009, p. 56): “o processo de observação começa pela absorção e registro de tudo com a maior riqueza possível de detalhes e o mínimo possível de interpretação”. Selecionamos uma parte dos registros dos diários de campo provenientes das observações e a reproduzimos no capítulo seguinte deste livro.

As entrevistas foram realizadas nos espaços públicos do conjunto residencial, como a praçinha, a igreja, a calçada em frente à casa das pessoas, ou dentro de alguns estabelecimentos comerciais. O roteiro que utilizamos para conduzir as entrevistas foi estruturado por três tópicos principais que exploravam as concepções dos participantes sobre o hospital, as RTs e os moradores das RTs. De acordo com Angrosino (2009, p. 67), “a entrevista semiestruturada segue de perto o tópico escolhido de antemão e apresenta questões destinadas a extrair informação específica sobre aquele tópico”.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo (FRASER; GONDIM, 2004, p. 140).

Com base em Angrosino (2009), entendemos que alguns aspectos no contexto das entrevistas etnográficas devem ser ressaltados, como a importância de iniciar as entrevistas com um bate-papo para “quebrar o gelo”; bem como a repetição, com outras palavras, daquilo que o entrevistado acabou de relatar, demonstrando real interesse

nas informações prestadas e confirmando-as, quando for o caso; ou a importância de aceitar a hospitalidade dos participantes, como tomar um café, um lanche ou um almoço, como ocorreu conosco, em relação a um churrasco que foi realizado na calçada do conjunto residencial, momento muito vantajoso para nossa pesquisa, em que realizamos algumas entrevistas.

Em outras ocasiões de realização das entrevistas, algumas pessoas se aproximavam e concediam informações durante a gravação, até por se tratar de uma pesquisa realizada na rua, isto é, contexto no qual não há tanta possibilidade de obter um controle considerável sobre as situações. Quando isso ocorria, conferíamos às pessoas a oportunidade de participação na entrevista que estava sendo realizada, ou então eram convidadas a contribuir com suas informações em nova entrevista posterior, caracterizando-os como participantes, como ocorreu algumas vezes.

As informações obtidas por meio das entrevistas e dos registros em diários de campo foram analisadas utilizando-se a técnica da “Análise de Conteúdo Temática”, como postula Minayo (2004). Essa técnica, em geral, parte da apreciação de um primeiro plano das informações adquiridas para atingir um nível mais aprofundado. Desse modo, reduz-se o volume das informações a algumas características ou categorias conceituais, permitindo interpretar ou investigar os significados das relações estabelecidas pelos atores sociais. A finalidade desse método de análise e tratamento do material é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2005, p. 98).

Dentro da análise de conteúdo, priorizamos a utilização de uma de suas categorias, a “análise temática”, para tratar os dados. Um tema pode ser representado por uma palavra, frase ou resumo. A análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209). A análise temática se divide em pré-análise, exploração do material e

interpretação. A fase de “pré-análise” diz respeito à leitura exaustiva do material e revisão dos objetivos e hipóteses da pesquisa; a “exploração do material” se constitui com os recortes do texto em unidades de registro, classificação dos dados e especificação dos temas; e, por fim, o “tratamento dos resultados e interpretação” é o momento em que realizamos as interpretações das categorias temáticas (MINAYO, 2004). Desse modo, depois da transcrição integral das entrevistas, realizamos a leitura exaustiva de todo o volume que tínhamos em mão. Em seguida, a análise foi direcionada para cada um dos estudos em particular. Nessa etapa, novas temáticas foram aparecendo com as releituras, dando corpo aos resultados dos estudos.

Optamos por não realizar o uso do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), pois consideramos que poderia inibir os participantes a prestar alguma informação ou comprometer a qualidade dos relatos. Essa opção se deu fundamentada pelo fato de que, nos momentos iniciais da pesquisa de campo, observamos que os participantes se negavam a assinar seu nome no TCLE, demonstrando algum tipo de receio, assim como pela delicadeza desse tipo de temática. Por se tratar de uma pesquisa de rua, estávamos diante de outra “ética” e, nesse sentido, deveríamos seguir o fluxo para não perdermos as oportunidades de realização das entrevistas e observações.

Sem assinar, acreditamos que os participantes poderiam se sentir mais à vontade para conceder determinadas informações, imprimindo à entrevista um tom mais “informal” e mais próximo de uma conversa, o que seria mais produtivo para nossa pesquisa. No entanto, no momento em que eram abordados para serem entrevistados, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a garantia do sigilo e anonimato, e de que os artigos decorrentes dos estudos seriam submetidos para publicação em revistas especializadas e eventos científicos sobre a temática. Todos os participantes consentiram em sua participação. Os nomes dos participantes, assim como dos moradores das RTs citados nos diários de campo e nas considerações finais, foram substituídos no intuito de possibilitar seu anonimato.

Contextualizando os estudos que originaram o livro

A pesquisa que originou o livro foi estruturada por meio de três estudos, os quais se encontram publicados. Posteriormente a esses três, um quarto estudo foi elaborado abordando o aspecto metodológico, e também publicado. Entretanto, o quarto estudo foi preparado no momento em que este livro já havia sido elaborado, impossibilitando a inserção de sua descrição. O estudo não integra o livro, contudo, pode ser conferido em sua totalidade nas revistas em que foi publicado, de modo gratuito e disponível na internet (RIBEIRO NETO; AVELLAR, 2015, 2016a, 2016b; RIBEIRO NETO; AVELLAR; TRISTÃO, 2017). Para proporcionar uma ideia mais completa ao leitor sobre a pesquisa de campo e, especialmente, a convivência com os moradores das RTs, na sequência discutiremos sobre os estudos. Além disso, nas considerações finais do livro, desenvolvemos uma compilação dos principais resultados dos estudos, ilustrando esse fechamento com alguns recortes das entrevistas dos habitantes e comerciantes do local onde realizamos a pesquisa.

Inicialmente, nosso interesse se pautava em conhecer as concepções de habitantes do conjunto residencial em relação ao Hospital Adauto Botelho (HAB), assim como sobre o seu fechamento e o destino dos egressos sem suporte social e laços familiares. Como afirmamos, a importância de pesquisar as concepções sobre o hospital psiquiátrico deve-se à proximidade deste em relação ao conjunto residencial. Como os próprios participantes afirmaram, “o Hospital Adauto Botelho aqui pra nós é uma referência, né?”. Observamos que o hospital psiquiátrico se constituiu para os participantes como uma referência, representado como casa de recuperação dos “doidos”, um lugar necessário diante da noção do “doido perigoso”. Os participantes foram contrários ao fechamento do hospital psiquiátrico, mas ao mesmo tempo apresentaram uma postura favorável à sua desativação, fundamentada na convivência com ex-internos que moram nas RTs, representados como não agressivos. Contudo, os participantes sugeriram que as RTs sejam transferidas para locais afastados, representados como “casas-chácara”. Concluímos que as representações observadas no primeiro estudo se constituíram para os participantes como estratégias de defesa da identidade grupal.

No segundo estudo, visamos conhecer as concepções dos habitantes e comerciantes do conjunto residencial sobre a presença das RTs em sua vizinhança, analisando os significados dessa convivência e identificando as possibilidades de interação. As RTs foram representadas como locais seguros, desempenhando o papel que antigamente cabia ao hospital psiquiátrico. Ao mesmo tempo, a presença das RTs na vizinhança desqualificou, de certa forma, a imagem daquele conjunto residencial, situação que ficou evidente diante da representação “conjunto dos doidos” estabelecida pelo “pessoal de fora”.

Além disso, observamos a tendência à diferenciação intergrupal na relação entre habitantes do conjunto residencial e os moradores das RTs, que pode ser ilustrada pela presença de uma dicotomia no discurso dos participantes, representada pela expressão “nós” e “eles”. Interpretamos o estabelecimento dessa distinção entre dois grupos

como uma necessidade decorrente do processo de constituição de identidade social. Os resultados ilustraram a ambiguidade dessas relações e representações, no momento em que apontaram a existência de antigos sinais associados à loucura que remetem à periculosidade. No entanto, esses significados foram desconstruídos a partir da convivência cotidiana com os moradores das RTs. Assim, mesmo com certa tendência à separação das RTs ressaltada nos resultados, observamos a possibilidade concreta da coexistência sem grandes conflitos entre os grupos envolvidos, isto é, entre participantes e moradores das RTs.

No terceiro estudo, analisamos a interação social estabelecida com os moradores das RTs, contexto no qual perguntamos aos participantes se já conheceram e/ou conversaram com algum dos moradores das RTs de sua vizinhança. Os resultados mostraram que os participantes conhecem os moradores das RTs “de vista”, sendo reconhecidos por apelidos e, alguns, pelo próprio nome. Entendemos que a circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos do bairro, como na padaria, bares e lanchonetes, facilitou momentos de conversa entre participantes e moradores das RTs, contudo, esse diálogo foi restrito aos encontros passageiros: “a gente passa, oi pra lá, oi pra cá”. Notamos que o discurso sobre a criação de vínculos entre os participantes e moradores das RTs coexiste com as representações que sustentam a ausência de diálogo na interação cotidiana, devido à limitação para o diálogo atribuída aos moradores das RTs. Contraditoriamente, nossos participantes ressaltaram que essa limitação não impossibilitaria os moradores das RTs para as trocas sociais. Mesmo assim, entendemos que a atribuição da limitação, nesse caso, pode ser considerada uma situação arbitrária, ao mesmo tempo que possui uma função para os participantes, relacionada à constituição de uma identidade social positivamente avaliada.

A seguir, seguem os recortes de diários de campo provenientes das observações realizadas pelo autor no bairro onde se localizam as RTs.

Diários de campo

Para melhor contextualizar experiência da pesquisa de campo, do cenário e das relações estabelecidas entre pesquisador, participantes e moradores das RTs, apresentaremos a seguir alguns recortes dos registros provenientes das observações efetivadas na época da prática de campo. A maior parte dos registros foi realizada no momento e local em que ocorriam as observações. Preferimos manter e apresentar as descrições da maneira como elas foram feitas na ocasião da coleta, evitando realizar alterações nos relatos, deixando-os praticamente como foram escritos no contexto das observações, no sentido de preservar maior fidedignidade dos relatos e da experiência de campo.

Parte dos relatos demonstra ao leitor algumas nuances que remetem também a questões pessoais ocorridas com o pesquisador na época e, desse modo, possuem um conteúdo mais informal. Assim, acreditamos que, com os recortes de diários de campo apresentados a seguir, conseguiremos conferir ao leitor um pouco da vivência do pesquisador durante esse período da prática de campo. Vale lembrar que, além dos três estudos que compuseram a pesquisa, um quarto foi posteriormente elaborado e publicado, o qual, ao contrário dos três primeiros que utilizam as entrevistas como primeiro plano, faz uso das observações como principal plano de análise, ou seja, aborda essencialmente os relatos dos diários de campo. Assim, boa parte dos

relatos que se seguirão é analisada e discutida nesse quarto estudo (RIBEIRO NETO; AVELLAR; TRISTÃO, 2017). As descrições apresentadas a seguir estão ordenadas na sequência cronológica em que foram realizadas.

Recortes dos diários de campo

16/10/2011 – Domingo

A entrevista foi realizada com o proprietário de um bar que se encontrava sentado em frente ao seu comércio. Havia quatro cadeiras dispostas na calçada; durante a entrevista, algumas pessoas chegavam, pediam favores e compravam algumas coisas com esse participante, que ia atender às pessoas no interior do local.

Além do proprietário do bar que estava sendo entrevistado, outras três pessoas se sentaram ao nosso lado durante a realização desta entrevista: um homem na faixa dos 40 anos, que não identifiquei o nome; um senhor aparentando ser mais idoso, chamado de senhor Wilson; e um terceiro, que foi entrevistado posteriormente.

Os senhores que ali estavam fizeram brincadeiras, talvez de gosto duvidoso, em relação a esse homem [na faixa dos 40 anos], ao qual recusaram a participação [na entrevista], no sentido de que “ele toma remédio controlado” e que teria “problemas mentais”, sendo esta última expressão utilizada pelo senhor Wilson, quando o homem se levantou e foi embora, para justificar seu comportamento na tentativa de impossibilitar que o homem desse sua opinião.

No momento da realização desta entrevista, uma moradora da residência feminina daquela rua passou em direção à padaria, e eles a identificaram e comentaram comigo que ela seria uma das moradoras.

A participante foi-me apresentada pelo entrevistado anterior, o Sandro. Ela também estava na confraternização na igreja católica, e foi abordada

inicialmente no portão de lá. Depois, me convidou para sentar em um dos bancos dentro do pátio da igreja.

No interior do espaço da igreja, iniciou-se um breve debate, em que a participante e outra mulher, principalmente, debateram sobre a questão das residências terapêuticas no bairro. Esse momento de diálogo entre elas, cerca de dois minutos de bate-papo, foi gravado, antes da realização da entrevista.

Ali, o Sandro me ofereceu um pedaço de bolo doce e um copo de café com muito adoçante.

A confraternização foi finalizando, as pessoas indo embora e a igreja foi sendo fechada, e, então, rumamos rua abaixo, prosseguindo com a entrevista. No final da entrevista, avistamos o Marcinho saindo de “sua” casa, passando em frente à padaria com dois parentes seus, provavelmente, entrando em um carro, talvez indo passar o domingo com eles. Nesse momento, a participante questiona: “Por que não fica lá?”

Após terminar a entrevista, segui pela rua e passei em frente à tal casa com muro de pedra, que, segundo a participante, se tratava de uma residência terapêutica de mulheres. Estava sentada lá uma senhora com expressão, de certo modo, desesperançosa e, ao mesmo tempo, simpática. Deixei um bom-dia que logo foi retribuído.

Logo em frente, em uma casa próxima, estava outra senhora, curiosamente bastante semelhante com a que eu acabara de cumprimentar, sentada sozinha em uma cadeira de frente para a rua, aparentemente bastante compenetrada em seus pensamentos. Deixei, igualmente, um bom-dia que novamente foi retribuído.

A esta altura, eu me encontrava próximo à quadra poliesportiva do conjunto. Avistei algumas pessoas sentadas ali em volta. Pensei até na possibilidade de entrevistá-los, quando de repente ouvi e vi o Sandro lá de

longe me gritando e acenando no sentido de que eu entrevistasse alguém que estava lá com ele.

Seus colegas que estavam sendo entrevistados me informaram que o Sandro já havia sido internado em hospital psiquiátrico, isso, pelo que entendi, ocorreu havia muitos anos, acredito que por volta de dez ou mais anos atrás.

A questão que se lança aqui é: por que essa necessidade de marcar com esse estigma, em um mesmo momento em que tenta esboçar uma comparação dele com os “pacientes” das casas? A resposta é a necessidade de diferenciação do próprio grupo em comparação a um grupo avaliado como inferior... Tajfel. “Você já deve ter percebido”, disse um deles.

Em certo momento, quando o Sandro foi buscar alguma coisa, o participante Ivanildo comentou: “Você já deve ter percebido”, indagando sobre se eu havia notado que o Sandro tinha essa “diferença”, vamos dizer assim, em relação ao próprio grupo deles, ao mesmo tempo que esboçou uma tentativa de comparação, a meu ver, do Sandro com o pessoal das residências terapêuticas, uma vez que o assunto girava em torno disso. Quis o Ivanildo, de forma levemente preocupada, “colocar os pingos nos is”, digamos assim. Me alertava de que o Sandro “não era um deles”, digamos assim também.

Na frente do Sandro, o Ivanildo, isso com o gravador ligado, se reportou a mim, com um semblante de seriedade por aparentemente se tratar de um assunto delicado, e me disse: “Não sei se ele já te falou”, continuando a informar sobre o fato de que o Sandro já havia passado por uma situação de internamento.

Houve essa tentativa de reforçar essa distinção, esse distanciamento entre três grupos; entre dois, porém, já claramente estabelecida, entre os moradores do conjunto e os das residências terapêuticas. Mas ocorreu, também, essa nova formulação de um terceiro grupo de moradores do conjunto

que não estiveram no Adauto, mas que passaram por algum tipo de “tratamento” psiquiátrico, seja de internação, como nesse caso, seja do sujeito que “toma remédio controlado”, com “problemas mentais”, como no caso da entrevista no bar.

Por certo momento, já em off, eles me questionaram sobre o que “exatamente” estava querendo ali. Questionaram também sobre quais eram meus objetivos. Devo ressaltar que, posteriormente, depois de entrevistar outro participante, na conversa informal com ele momentos após a entrevista, ele me disse algo no sentido de que “tem doutor que a gente vê aí que não sei o quê”, e eu era “mais humilde”, algo desse tipo.

Como diz a Minayo, o pesquisador é mais olhado em campo pela sua postura do que propriamente pelos objetivos ou de sua pesquisa em si.

05/11/2011 – Sábado

Nesse dia, estacionei meu carro um pouco adiante da padaria. Fui em direção à pracinha e fiquei olhando fixamente para o andar superior da padaria, uma vez que ali funcionava a residência terapêutica masculina. Para os transeuntes, era possível uma visão ampla dos moradores dessa casa, quando estavam na varanda, e também era comum observar que, por algumas vezes, ficavam andando dentro de seus quartos, em que era possível ver o movimento de suas cabeças indo e vindo pela janela.

Logo, segui em direção ao bar onde estavam duas senhoras e um homem, um participante anterior, o Ivanildo, que aparentemente morava ali próximo ao bar. No momento de realização da entrevista, ele passou de moto e nos cumprimentamos. Quando a entrevista estava finalizando, ele voltou a pé e permaneceu por ali, de modo que deu tempo de encerrar a entrevista e trocar uma ideia com ele. Ivanildo falou sobre o Everaldo e tentou

lembrar o nome do “Robocop”, que segundo ele, era o “mais tranquilo”, e tal, nem parecia que era “doido”, e eu puxei lá do fundo e me lembrei o nome dele, informação que ele confirmou.

Nem uma alma viva. As ruas eram estreitas. Não sei se já comentei, mas as casas, as ruas, o conjunto, enfim, pareciam como se fossem casas de brinquedo, dando a impressão de serem menores; não sei, mas passavam a impressão de serem uma coisa meio sem privacidade, algo desse tipo.

Segui subindo pela rua. Admirei a paisagem daquele local, simplesmente composta pela rua, em aclave, e as casas margeando e dando contorno a esta. Não tinha ninguém naquele momento, nem na rua, nem nas varandas das casas. Segui até o final da rua, virei à esquerda e desci.

Nesse momento vi um senhor lavando o carro na calçada de sua casa. Pensei em entrevistá-lo, mas, por fim, resolvi seguir adiante. Logo abaixo, outro homem mexendo ou consertando alguma coisa na garagem de sua casa. Dessa vez, parei, me apresentei e solicitei sua participação. Ele, meio receoso, pediu que eu explicasse, pediu para ouvir algumas perguntas, e depois consentiu na gravação da entrevista.

Devo ressaltar que senti bem sutilmente um ar meio estranho nele, uma espécie de sarcasmo, ou algo desse tipo. Sei que, no final da entrevista, ele até me disse que eu poderia publicar o nome dele, ao finalizar com palavras da Bíblia e do Ayrton Senna.

Após a entrevista, ficamos conversando mais um pouco, com o participante me contando alguns episódios em que os moradores da residência terapêutica pularam ou caíram da varanda da casa em cima do toldo

da padaria, assim como outra situação em que caíram em cima da casa do vizinho, estranhando que eles não se machucaram como normalmente uma pessoa se machucaria.

No caso do toldo da padaria, disse o participante que, do mesmo modo como ele caiu na calçada, simplesmente se levantou e subiu, como se nada tivesse acontecido, o que motivou risos de nossa parte, ao mesmo tempo que nos espantávamos com o fato de que ele não machucou aparentemente nada.

Já havia circulado pelo conjunto duas vezes. Já beirava o meio-dia, havia pouco menos de três horas que eu estava ali. Porém, me sentia cansado, mais do que nas outras vezes. De fato, a semana que antecederia essa ida a campo foi a semana da troca de telhados em minha residência, em que, de um dia para outro sem telhado, choveu a madrugada inteira, e minha casa se encheu de água.

Nessa intempérie, tive que me deslocar, com o computador à tiracolo, para a casa dos meus pais; lembro que foi uma semana de correria, pois havia a necessidade de transcrever as entrevistas restantes para que pudesse dar prosseguimento à coleta.

*Apenas um parêntese: essa coisa de ficar sem casa pode ser explorada, salvo suas devidas proporções. Ou simplesmente explorar aqui a discussão sobre **casa**, sobre essa coisa de que os moradores de lá se sentem ou não se sentem em casa. Ou sobre quando vi minha casa numa péssima situação, sei lá. Essa situação pessoal culminou, na semana seguinte, em uma crise de gastrite, sendo que fui ao Cias e a médica me receitou omeprazol.*

Voltando à pesquisa, por estar cansado, pensava em ir embora logo, num período inferior ao das outras vezes, pois mesmo sem marcar cronologicamente no relógio, permaneci lá por três horas e meia. Nesse momento, devia

fazer umas duas horas e meia que estava ali. O dono da padaria atravessou a rua e ficou conversando com os “andarilhos” lá na praça. Logo me aproximei também. Além de nós dois, estavam mais três: o Silva, que é habitante do conjunto residencial, mas foi interno do Adatao; um segundo, que eu até já conhecia de vista dali, mas não sei o nome; e mais um camarada até com cara de novo que, segundo o dono da padaria, tinha aparecido hoje por ali.

O Silva estava com um violão, se virou pra mim e convocou-me a cantar uma canção. Iniciou aquela da banda Blitz: “Longe da casa, há mais de uma semana...”. Eu me recusei, até porque sou péssimo, péssimo mesmo, nisso de cantar. O segundo homem ficava com sua cachaça na mão e mal conseguia se levantar do chão, permanecendo meio que deitado o tempo todo, balbuciando palavras que eu não compreendia. Já o terceiro, me contou uma história [...].

O dono da padaria havia se retirado e eu permaneci conversando com eles. Foi então que esse rapaz novo, que aparentemente não estava bêbado, se reportou ao estado do colega, meio que dizendo que não fazia isso mais, que não sei o quê, entre outras histórias. Enfim, conversamos por mais breves minutinhos e eu saí dali.

29/11/11 – Terça-feira

Nesse dia chovia um bocado, assim como todo o mês de novembro. Já havia adiado minha ida no sábado, então, nesse dia, o penúltimo do mês, eu teria que ir, fizesse sol ou fizesse chuva. Pela primeira vez, arrisquei ir pela Rodovia do Contorno, conhecida como “Rodovia da Morte” pelo amplo número de acidentes. Como havia estudado essa rota pelo Google Earth e Google Maps, sabia que por volta dos 20 quilômetros rodados, deveria ter atenção, pois haveria um trevo à direita, e, pelo que estudei, deveria, no trevo, seguir depois para a esquerda, onde logo à frente haveria um viaduto.

Chegando lá, estacionei logo após a padaria. Nesse momento, chovia. Havia pouquíssimas pessoas na rua. Lembro que nesse dia eu fiquei cerca de meia hora na cozinha de minha casa tomando café e olhando para o céu plúmbeo acima de mim, imaginando se daria alguma coisa a pesquisa nesse dia, se eu realmente deveria ir, ou se seria um dia de trabalho perdido. Mas, assim mesmo, até pelo cronograma, resolvi ir. Parei ao lado da padaria, na parte lateral onde exatamente fica a porta da residência terapêutica. Fiquei mais alguns minutos por ali e resolvi subir a rua, atrás de alguma oportunidade. Ao lado do bar, um senhor passava e eu então o abordei; lembro que chovia, ele consentiu em participar e então realizei a entrevista ali debaixo de uma marquise.

Surgiram dois galos próximos da gente, e, em determinado momento, um deles cacarejou, dificultando a compreensão da fala do participante. Além disso, o barulho de uma serra em uma construção próxima também atrapalhou, mas não impossibilitou a compreensão da fala.

20/12/2011 – Terça-feira

Nesse dia fui pela segunda vez pela Rodovia do Contorno. Já de chegada, ainda dentro do carro a estacionar após a padaria, observei que os moradores estavam na pracinha. Permaneci lá cerca de duas horas, entre nove e meia e onze e meia, e só entrevistei uma pessoa, porém fiz importantes anotações em diário de campo. Ocorreram três momentos principais: na praça com os moradores e com o cuidador, depois na entrevista com o participante, e, por fim, o breve diálogo com um casal – habitante próximo da RT feminina 1 – que se esquivou da pesquisa.

Notei um pai brincando com sua filha na pracinha ao lado dos moradores, e, ao lado, uma mulher com duas crianças brincando nos balanços. Encaminhei-me na direção dos moradores e sentei em um banco próximo.

Percebi que estavam todos lá, e um homem com eles, um cuidador, concluí. Logo que me sentei, vi que Marcinho andava pela praça meio que sem rumo. Estava cada um em seu canto, alguns sentados em bancos, outros em algum canto da praça. Um ou outro se levantava, mas por ali ficava.

Marcinho passou perto de mim e eu o cumprimentei: “Oi, Marcinho!”. Ele me viu e veio em minha direção me estendendo a mão para me cumprimentar, como sempre faz: “Oi, Pedro, oi, Pedro!”. Logo ele foi me perguntando e dizendo se eu não era um tal de Rodrigo não sei de quê, assim como de outras vezes, e ao mesmo tempo afirmando que eu não era, mais ou menos assim...

E o César rodando o poste? Imagina uma mãe com umas duas crianças, que estavam lá, vendo isso, vendo um monte de “doido” na pracinha, aliás, brincando (mantendo certa distância) próximo deles?

Logo em seguida, fui em direção ao cuidador e me sentei num banco ao seu lado. Apresentei-me e conversamos por uns dez minutos. Ele me disse que estava começando, estava meio que em teste ainda. Contou que falaram pra ele que eles teriam episódios de surto, mas fez uma associação dessa questão com um animal, um gato, que seria, de certo modo, “de lua”: “Tem dia que a gente pode passar a mão nele, de boa, e tem dia que ele te dá uma unhada”.

Por duas vezes, o Marcinho foi se distanciando do grupo, indo em direção à padaria, e o cuidador teve que intervir e chamá-lo, pedindo para que retornasse. Ele me disse que só o Marcinho, às vezes, queria dar uma “escapadinha”, algo assim. Eu falei que, vendo isso, a vontade era permitir que ele fosse, mas que, nesse caso, seria de responsabilidade do cuidador.

Ele exerceu controle sobre o Marcinho, controle sobre sua liberdade de escolha de aonde quer ir, sobre aonde ele poderia ir e aonde não poderia. Só podia ficar ali na praça, na visão dele. Era de responsabilidade do cuidador a integridade naquele momento sobre o morador da RT.

Outra situação de destaque foi o César, que ficou dando voltas em torno desse poste central na praça. Será que pode ser dito o mesmo sobre o que ocorre dentro da casa, isto é, frente a um comportamento de sentar no chão, o cuidador deve incentivar que se sente no sofá; e na rua, quando girando em torno do poste, o cuidador não pode conversar com eles e explicar que podem dar uma volta pela rua, pelo conjunto, ao invés de ficar exalando ansiedade na praça, rodando sem, no entanto, sair do lugar, indo de um lado para outro, sem ir a lugar algum?

Mas eles podiam dar uma volta pelo conjunto livremente, mesmo que pelo conjunto, somente no conjunto? Talvez esse fosse um ponto: primeiro, pensar no cuidador, como está esse cuidador frente à possibilidade de permitir e, até mesmo, por que não, incentivar que os moradores que queiram e se sintam seguros, como o Marcinho, a circular pelo conjunto.

Então a questão é esta: ampliar o espaço circunscrito da praça, sob a visão institucionalizada do cuidador, para o conjunto, mas ainda assim sob a visão controladora e vigilante da comunidade.

Cuidador: ao conhecer cada um dos moradores e se sentir seguro para isso, pode permitir que eles circulem, caso assim os moradores e cuidadores desejem? Como é essa questão com a gestão das residências?

Essa questão do controle, ilustrada pelo cuidador chamando o Marcinho toda vez que ele se distanciava um pouquinho, é outro dado importante a ser destacado. Quer dizer, possuem uma liberdade condicional, estando sempre acompanhados por alguém e num espaço circunscrito.

Interessante notar que o cuidador meio que destacou a necessidade de haver ali uma pedagoga, uma educadora ou algo nesse sentido.

Em alguns momentos em que eu conversava com o cuidador, o Salvador ficava olhando para a caixinha de som colocada em um poste bem

no centro da pracinha, que, naquele momento, transmitia uma espécie de pregação religiosa. Ficou ali abismado, viajando na caixinha, admirando aquela situação que para ele parecia algo longe de ser banal.

Ao me despedir do cuidador e do Marcinho, o Miguel veio me cumprimentar, me dando a mão. Aí me levantei e fui acompanhando-os, conversando com o Miguel em direção à casa. Perguntei se ele gostava de ler filosofia (pois havia ouvido sobre isso de uma cuidadora no mestrado) e ele me afirmou que sim. Perguntei qual autor, ele pensou um pouquinho e me disse: Kant. Falei que iria ver se arrumava um livro pra ele, ele comentou sobre Platão e Aristóteles.

Interessante notar que, por duas vezes, ele fez um olhar, como que eu vou dizer, meio que representativo de loucura mesmo, entretanto, sem esse peso de loucura como mal. Um olhar muito intrigante. Muito. Tipo que arregalando os olhos e inclinando levemente a cabeça para trás, te olhando no fundo dos seus olhos.

Por alguns minutos, eu e Marcinho ficamos sentados num banco da praça. Esse encontro durou poucos minutos, mas pôde representar muitas coisas. Uma delas era pensar essa relação entre uma pessoa leiga, da comunidade: eu perguntava, ele não respondia, às vezes, e ficava me olhando profundamente... e aí, né? Como as pessoas interpretarão esse tipo de situação, esse olhar do Marcinho, e o seu silêncio e aparente recusa ao estabelecimento de um diálogo racional, do tipo pergunta e resposta?

Pensar na relação comunidade com: os olhares, o silêncio.

Interessante notar que, quando eu cheguei, eles estavam sem nenhum diálogo entre si, cada um na sua, sentados em um banco ou em algum canto da praça, inclusive o cuidador, quieto em seu banco.

Eles estavam controlados.

Quando cheguei, o único participante que entrevistei nesse dia estava na praça brincando com sua filha, e, próximos deles, estavam os moradores da RT (assim como uma mulher com duas meninas nos balanços). Entrevistei esse participante, que comentou que o pai até tinha pensado em alugar a casa para os moradores, mas preferiu alugar para os “soldados estudantes”. Interessante notar a presença de policiais militares e aspirantes em formação naquele conjunto e na região, pois há uma escola preparatória ali, e inclusive um museu militar também.

Eu estava descendo por uma das ruas do conjunto, vi um casal sentado em frente a uma casa de esquina conversando. Pedi a participação do homem e da mulher, que pararam de conversar. Logo de cara, senti um clima ruim. Aí o homem foi falando que estava fazendo um serviço pra não sei quem e tratou logo de se levantar e riscar a parede da casa, como se fizesse um esboço de uma escada.

A mulher também de imediato se recusou a participar. Percebi um comportamento de certo modo estranho à minha presença – estranha – ali, no sentido de pouco receptivo, esquivo, nem um pouco simpático em participar. A mulher foi logo balançando a cabeça negativamente. O homem chegou até a perguntar sobre o que era a minha pesquisa, numa tentativa de demonstrar interesse, mas, aparentemente, perguntou mais por educação, aparentando até que eles já sabiam o que eu estava por fazer ali. Contudo, foi logo alegando que seria melhor entrevistar quem mora mais próximo das casas, se esquivando, assim, de fato da pesquisa.

Foi a partir da minha resposta a esse homem, de que minha pesquisa era sobre “o pessoal que veio do Adauto e que estava morando ali”, que a mulher brevemente se impulsionou a fazer algumas breves considerações,

ao mesmo tempo que estava reticente em participar, ou melhor, convencida desde o início em não participar. Apesar de não ter registrado nada em áudio, considero que este breve relato dessa mulher foi de suma importância.

Inicialmente, ela comentou que algumas moradoras das RTs frequentavam a comunidade, se referindo à igreja católica. Depois começou a contar sobre a ocasião em que “soltaram” as mulheres da casa feminina e uma delas foi em direção a ela, correndo, e, mesmo com os gritos da “pessoa que toma conta” chamando, ela não obedeceu e “chegou pertinho”, e assim: “Deu medo e saí correndo”, disse ela, até que a cuidadora conseguiu alcançar a moradora.

Nesse momento, eu solicitei que ela concedesse entrevista, que ela teria informações interessantes e valiosas para meu trabalho, mas ela frisou que não queria se comprometer. Concedeu mais um pouco de sua opinião: disse também que estavam querendo fazer a ressocialização deles, mas sobre esse processo frisou que “é diferente, não dá”. Agradei e prossegui minha caminhada.

11/2/2012 – Sábado

Praça. Ninguém à vista na varanda da residência terapêutica. Poucas pessoas na rua, apesar do dia bonito. Saí de casa às 9h53 e cheguei às 10h32. Inicialmente, estacionei o carro e me direcionei à praça. Isso era uma estratégia, quase toda vez que chegava lá eu ia em direção à praça, sentar em um de seus bancos por alguns minutos antes de começar a caminhada. Não havia ninguém na praça, pouca gente circulando pela rua.

No entanto, eu me levantei e, quando comecei a andar, notei passando pelo outro lado o que imaginei ser uma das moradoras de uma residência terapêutica se encaminhando para a padaria, pois no momento não havia reconhecido a pessoa, no entanto, o que a identificou para mim foi o seu jeito “peculiar” de andar.

Imaginando que ela estaria indo à padaria, eu não poderia perder essa oportunidade e resolvi ir também para aquele estabelecimento. Cheguei lá um pouquinho antes da moradora pedindo licença para tomar um cafezinho – que era grátis – e depois me encaminhei à porta e lá permaneci para observar a situação. Meio que tentava disfarçar o que eu estava fazendo ali. Fiquei perto do caixa olhando a situação. Observei que a moradora procurava algo pelas prateleiras e um funcionário que estava no caixa ficou também observando ela, de modo que chegou a levantar da cadeira e se curvar para melhor visualizar a moradora. Chegou a perguntar a ela o quê que ela estava querendo, mas logo então a moradora veio ao caixa com dois litros de óleo.

Depois de pagar, a moradora pediu a nota fiscal e, no caixa, perguntou se eu não tinha nada para fazer não (!), só que na hora eu não percebi, mas o funcionário da padaria repetiu para mim, meio sem graça. Eu, meio quadrado, disse que estava trabalhando e perguntei o nome dela, só que ela disse que isso ela não poderia falar. Diante disso, o funcionário começou a explicar que ela é “especial”, que tá numa “casa terapêutica”, que tem empregada, ressaltando essa questão de “ter até empregada!”, e informando ainda que o governo paga duas, mas que agora uma ONG ia tomar conta. Depois dessa situação, a moradora acabou me falando seu nome, se mostrou mais simpática e, por fim, se foi com sua nota fiscal.

Considerações finais

Este livro foi elaborado com o intuito de mostrar um pouco da realidade da convivência com moradores das RTs, pela visão de quem habita a vizinhança e estabelece relações cotidianas com eles. Trata-se de um recorte de uma exuberante realidade, cuja pequena parcela da riqueza, no contexto psicossocial da desinstitucionalização, conseguimos captar. No sentido de possibilitar esse conhecimento, especialmente em um local próximo ao hospital psiquiátrico, optamos pela abordagem etnográfica para nortear nosso percurso metodológico. Consideramos que a escolha pela etnografia possibilitou uma riqueza de detalhes que não estariam presentes somente com a realização das entrevistas. Tais detalhes se referem aos registros de diários de campo e às observações realizadas, assim como às conversas informais com pessoas que não se constituíram propriamente como participantes, mas possuíam algum tipo de relação com eles.

A etnografia se mostrou uma possibilidade metodológica muito apropriada para conhecer as relações estabelecidas com os moradores das RTs e, mesmo “sem querer”, fomos além do que prevíamos: ouvimos sobre vivências pessoais de habitantes do conjunto residencial; vivenciamos relações delicadas entre os próprios habitantes; pegamos carona; ouvimos queixas sobre ausência de semáforo e faixa de pedestres (queixas as quais, em determinado momento, se

mostraram como embates mais veementes do que a própria convivência com a loucura); fomos demandados a intervir com práticas psicológicas; assim como, em alguns momentos, fomos orientados e instruídos sobre esse ou aquele assunto.

Aliado à experiência de campo, o estudo das concepções dos participantes sobre a convivência com as RTs, a partir das perspectivas teóricas utilizadas (TIS e TRS), permitiu-nos confirmar que as relações estabelecidas no espaço público do conjunto residencial pesquisado, especialmente entre os moradores das RTs e os participantes, encontram-se inseridas no contexto das relações intergrupais e, por isso, associadas aos processos de constituição identitária dos participantes – principalmente quando há o risco de que o conjunto residencial seja conhecido como “*o conjunto dos doidos*”. Nesse sentido, a importância da relação entre as teorias pode ser entendida, já que as relações intergrupais são geralmente caracterizadas por esforços para engendrar a diferenciação social, o que pode ser conseguido por meio das representações sociais dos moradores das RTs associados a valores negativos.

De modo geral, observamos uma forte ambiguidade no discurso dos participantes: ora isso, ora aquilo; aliás, ao mesmo tempo, isso e aquilo. A coexistência de aspectos contraditórios em um mesmo discurso foi entendida por Moscovici (2012) como “polifasia cognitiva”, mas, para sintetizar, a ambiguidade do discurso dos participantes apontou claramente para duas vertentes principais: para a possibilidade, em certa medida, de convivência e interação social dos participantes com os moradores das RTs nos espaços públicos do conjunto residencial, assim como observamos uma tendência à diferenciação no contexto dessa relação intergrupala, revelando a necessidade de distanciamento social em relação às RTs e seus moradores.

Tajfel (1983) ofereceu contribuições fundamentais que permitiram compreender a importância da TIS na análise da relação social com os moradores das RTs. Os indivíduos, em geral, comportam-se como membros de categorias ou grupos sociais “bem definidos e

claramente distintos” (TAJFEL, 1983, p. 260) e, nesse percurso, um grupo se esforça para manter a sua diferenciação. Quanto maior a capacidade grupal para colocar outro grupo em posição de desvantagem na esfera social, maior será a chance para a constituição de uma identidade social positivamente avaliada, por parte do grupo de referência. Assim, a diferenciação e o distanciamento na relação com os moradores das RTs respondem a uma necessidade de constituição identitária dos participantes, especialmente porque a instalação das RTs no conjunto residencial possibilitou a criação da expressão “o conjunto dos doidos” por parte de habitantes de bairros vizinhos para se referir ao local, por exemplo.

Aliada à TIS, a TRS ofereceu subsídios respeitáveis para realizar nossa análise e, nesse contexto, destacamos a importância do trabalho de Jodelet (2005), até por certa similaridade com nossa pesquisa. A autora observou que as representações sociais da loucura possuíam finalidade prática e possibilitavam a compreensão e ação sobre a realidade social, sobretudo a partir de condutas socialmente elaboradas que efetivavam o distanciamento em relação aos egressos. Havia a preocupação das famílias daquele contexto em estabelecer a diferenciação em relação aos egressos hospedados em suas casas, especialmente aos olhos de visitantes de fora, de forma semelhante ao que observamos em nossa pesquisa.

O referencial teórico das representações sociais nos permitiu entender que as contradições são intrínsecas aos saberes humanos, fazem parte das relações sociais e as constituem. As representações sociais do hospital psiquiátrico de nosso estudo, das RTs e dos moradores, observadas em nossa pesquisa, revelam a ambiguidade presente nas relações sociais e nos saberes cotidianos na convivência social, pois os relatos dos participantes apresentaram propriedades que consideramos contraditórias. As expressões “todos falam”, “ouvi dizer”, “já presenciei” e “eu vejo”, entre outras, no discurso dos participantes, delineiam o processo de formação das representações comuns aos habitantes e comerciantes do CRS. Isso ocorre a partir da observação

cotidiana dos moradores das RTs nos espaços públicos, assim como por meio da ação comunicativa pela qual se reproduzem e se transformam as próprias representações, revelando que habitantes e comerciantes do CRS conversam sobre a relação social estabelecida com os moradores. A polissemia inerente às representações sociais ficou visível, pois em alguns momentos o relato dos participantes revelou que os internos do HAB ou moradores das RTs não são agressivos; mas, ao mesmo tempo, afirmações sustentaram a ideia sobre a imprevisibilidade do comportamento dos moradores das RTs, e por trás disso subjaz a crença de que estes podem se tornar agressivos.

A periculosidade social historicamente atribuída à loucura, analogia recorrente em estudos sobre essa temática, também esteve presente nos relatos dos participantes, mas não se constituiu como um tema tão significativo em nossa pesquisa, como as questões relacionadas aos processos identitários. Isso pode ser entendido, pois, no momento em que há uma estreita relação de afinidade dos participantes com o hospital psiquiátrico, foi preciso defender essa instituição que se constitui como “uma referência” ao seu local de origem e, por conseguinte, essa defesa foi estendida também aos próprios ex-internos, que são agora seus vizinhos. O hospital psiquiátrico foi valorizado pelos participantes, é como se fosse parte integrante da paisagem e da história do conjunto residencial.

De forma geral, podemos afirmar que o hospital psiquiátrico atravessa as ruas daquele conjunto residencial, por meio das conversas, dos comentários, das pessoas que têm alguma relação com ele, que habitam ou trabalham no local. Mesmo transformado em hospital clínico, o HAB continuará a existir ali por algum tempo, reproduzido pelas opiniões, crenças, discursos tanto sobre o hospital como sobre as RTs, uma vez que essas casas foram concebidas como extensão do hospital. Em outras palavras, o hospital psiquiátrico permanecerá vivo por meio do universo das representações sociais decorrentes dos processos comunicativos, enquanto estiver presente na memória das pessoas, especialmente dos habitantes do conjunto residencial e adjacências.

É facilmente notável a existência de uma estreita relação dos participantes com o HAB: diversos deles já foram ao hospital, ou, então, possuem parentes ou conhecidos que foram funcionários. Como forma de ilustrar essa identificação com a instituição psiquiátrica, ressaltamos a defesa do HAB realizada por um participante, na tentativa de estabelecer uma clara distinção entre “aqui” e “lá”, utilizando um suposto manicômio judiciário como instrumento de contraste para avaliar positivamente o HAB: os internos “de periculosidade social”, isto é, que possuem envolvimento com algum tipo de crime, ficam “lá em Cariacica Sede”, no manicômio judiciário – ao passo que “aqui”, no CRS, permanecem internos com transtornos mentais, mas que não seriam perigosos.

A representação social dos moradores das RTs como “não agressivos” foi produzida no momento em que o hospital passava pelo processo de fechamento e parte dos egressos se tornava vizinha dos participantes, adquirindo assim mais proximidade e possibilidade de interação. Nessa linha, podemos dizer que a convivência dos participantes com os moradores das RTs possibilitou que a clássica periculosidade social associada à loucura fosse deslocada para fronteiras mais distantes; isto é, especificamente para os internos de um manicômio judiciário, supostamente longe do bairro. Assim, a partir do fechamento do HAB, aqueles internos denominados de “doidos perigosos” não estariam no conjunto residencial, pois se encontrariam “lá em Cariacica Sede”.

A ambiguidade do discurso dos participantes pode ser exemplificada pelas apreciações, tanto positivas quanto negativas, em relação ao HAB: “bom, todo mundo fala que aquilo é um inferno, mas eu acho que não, aquilo lá é uma casa de recuperação”. Apesar disso, o hospital psiquiátrico se constituiu como “uma referência”, de certo modo positiva, uma vez que houve um descontentamento em relação ao seu fechamento. A insatisfação em relação à sua desativação pode ter sido motivada pela questão da familiaridade, mas também porque os participantes sabem que o destino dos egressos

é a vizinhança, gerando, dessa forma, algum tipo de desconforto. Vale lembrar que o HAB foi representado como uma instituição necessária para lidar com um personagem fictício, recorrente nos relatos: o “doido perigoso”. Ressaltamos que a temática das “casas-chácara” emergiu exatamente no momento em que questionávamos o destino social dos egressos, ilustrando, assim, o desejo dos participantes de retirar as RTs do CRS.

Os participantes descreveram os primeiros momentos da implantação das RTs na vizinhança como um choque: “nós não estamos preparados para receber esse pessoal, como é que vai ser a convivência com esse pessoal aí?”. Não por coincidência, as RTs foram representadas como locais que mantêm os moradores, de certo modo, afastados do convívio social, conferindo, assim, um sentimento de segurança aos habitantes e comerciantes da região. Essa sensação de segurança exercida pelas RTs, paradoxalmente, acaba por acarretar em aceitação das RTs, ou, em último caso, em um tipo de tolerância social. O controle exercido pelas RTs e pelos cuidadores sobre os moradores, observado no discurso dos participantes, apresenta uma ambiguidade que precisa ser destacada.

Por um lado, o controle pode ser considerado um aspecto desfavorável para a reinserção social, pois dificulta a ampliação das relações sociais dos moradores; mas, por outro lado, podemos afirmar que há uma percepção positiva dos participantes sobre o controle exercido pelas RTs e, especificamente, pelo cuidador em relação aos moradores.

Como pode ser observado na seção dos diários de campo, assim como no quarto estudo, o cuidador torna-se importante no sentido de garantir a convivência e a interação, pois transmite uma sensação de segurança aos participantes, principalmente em um lugar com estreitos limites geográficos como o conjunto residencial, que possui “mais ou menos uns 300 metros” e onde, praticamente, “a cada 50 metros” há uma RT, nas palavras dos participantes. As RTs representadas como espaços que desempenham o controle dos moradores favorecem uma convivência social sem conflitos, delineando,

nessa medida, as possibilidades de interação social; ou seja, quando os participantes interagem com os moradores das RTs na rua, em geral, eles estão acompanhados de perto.

A presença das RTs na vizinhança significou uma marca negativa na identidade social dos habitantes do local, ilustrada pela categorização do conjunto residencial como “conjunto dos doidos”. Essa classificação como lugar associado à loucura incomodou os habitantes e comerciantes, de modo que estes criaram argumentos para justificar o distanciamento das RTs da vizinhança, alegando, por exemplo, que a retirada das RTs do conjunto residencial seria benéfica para os próprios moradores das RTs. Relatamos que o fundamento desse distanciamento não se constituiu somente na agressividade associada à loucura, até porque, em relação à convivência, “com o passar do tempo, as pessoas acabaram vendo que não seria uma coisa, assim, absurda”, relatou-nos um participante. A razão para o afastamento social das RTs, com base nos relatos, constituiu-se na necessidade de que seus moradores adquiram um espaço maior – porém, fechado –, que seria importante para sua atividade física e destinado à interação “entre eles”.

Assim, mediante ao aparente cerceamento dos moradores no interior das RTs, como relatado pelos participantes, onde não teriam espaços para caminhar ou realizar atividades, uma vez que “se você passa na pracinha, você vê eles, um vai pra lá, outro vem pra cá, assim, o dia todinho”. Os participantes indicaram um lugar que seria o espaço ideal para acomodá-los, fora do conjunto residencial, “um sítio”, de forma muito próxima ao que observamos no primeiro estudo com as “casas-chácara”.

As temáticas das casas-chácara e do sítio revelam a tendência ao afastamento das RTs do conjunto residencial para espaços distantes e parecidos com antigos hospitais psiquiátricos, do tipo colônia agrícola: “pra eles poderem assim também interagir com a natureza”. Apesar disso, a temática do sítio apareceu com maior veemência do que a temática da casa-chácara; ou seja, quando indagamos

especificamente sobre o hospital psiquiátrico, os participantes não conferiram tanta ênfase ao seu convívio com as RTs e, assim, o anseio pelo distanciamento se mostrou incipiente – mas, no momento em que as questões se remeteram diretamente à convivência com as RTs, a percepção dos participantes sobre essa aproximação com os moradores das RTs parece ter acirrado o desejo de distanciamento e, por isso, o “sítio” adquiriu mais ênfase no discurso, em comparação às “casas-chácara”.

A presença dessas duas temáticas que ilustram a tendência no discurso dos participantes ao afastamento das RTs do CRS precisa ser destacada como elemento desfavorável à reinserção social, principalmente no momento em que defendemos a circulação pelo espaço público e a ampliação das trocas sociais dos moradores das RTs como aspectos essenciais no processo de reinserção social. A rua, a casa, a praça e a padaria são locais para a circulação e frequência dos moradores das RTs e, assim, as temáticas da casa-chácara, do sítio, em resumo, a interação “com a natureza” ou “entre eles”, impossibilita o que podemos chamar de “entre nós”, isto é, uma participação mais efetiva dos moradores nas relações sociais estabelecidas no espaço público.

Para a constituição de uma identidade social positivamente valorizada de um grupo de referência, é preciso que se desenvolva o processo de diferenciação social em comparação a outros grupos. A diferenciação social pode culminar em ações práticas de distanciamento na interação cotidiana com as RTs, efetivando-se de modo simbólico, por meio das representações sociais de loucura, das imagens do “doido perigoso”, dos discursos compartilhados sobre os moradores das RTs, entre outros. A necessidade de afastamento das RTs do conjunto residencial pode ser entendida como um tipo de reação à classificação “o conjunto dos doidos”, atribuição realizada pelo “pessoal de fora”. Trata de uma situação claramente relacionada aos processos de constituição identitária, haja vista a presença

de uma terceira entidade nessa dinâmica avaliativa, isto é, um terceiro grupo ou categoria social no contexto da relação intergrupala.

Essa situação da presença de um terceiro grupo na perspectiva intergrupala foi abordada no estudo de Jodelet (2005), para quem havia um receio das famílias que abrigavam os ex-internos de hospitais psiquiátricos de serem comparadas com estes, especialmente a partir da visão dos estrangeiros ou viajantes que passavam por aquela localidade. Assim, no sentido de estabelecer a diferenciação, as famílias hospedeiras criaram certas estratégias que proporcionavam o distanciamento em relação aos egressos no contexto da interação cotidiana.

Em nossa realidade, observamos que, em alguns momentos do discurso dos participantes, as RTs foram comparadas ao hospital psiquiátrico e, desse modo, avaliadas de forma positiva. Algumas das razões para essa apreciação favorável, de acordo com os participantes, referem-se à “liberdade de tá numa varanda sentado” ou ao fato de que, nas RTs, os moradores “veem pessoas da janela”. Mesmo que isso indique mais avanços do que a internação em hospitais psiquiátricos, acreditamos que as relações sociais dos moradores precisam ser ampliadas e, assim, mantê-los sentados na varanda a ver pessoas da janela é pouco para efetivar sua participação na esfera pública.

Em outra vertente, as RTs foram concebidas pelos participantes como uma “extensão” do hospital psiquiátrico, o que pode ter favorecido sua aceitação no conjunto residencial; ou seja, as RTs são entendidas como uma parte daquilo a que os participantes estão acostumados e são familiares e, portanto, no momento em que essa referência é fechada, as RTs mantêm o HAB vivo. Diante disso, ressaltamos que as RTs foram representadas como “casas de recuperação do Aduuto”.

O hospital psiquiátrico se configurou para os habitantes e comerciantes como o lugar por excelência para acomodar a loucura e, com o seu fechamento, as questões relativas à periculosidade dos egressos vieram à tona. Apesar de representadas como extensão do

tratamento no Adauto Botelho, as RTs parecem não desempenhar de forma tão consistente as funções específicas de um hospital psiquiátrico, ou seja, de controle da loucura, mesmo que haja acompanhamento integral: “porque, dependendo aonde bate no cérebro, não tem médico que cura não, ora, de jeito nenhum!”. A periculosidade social atribuída à loucura foi entendida pelos autores italianos como um dos principais elementos a serem trabalhados nos processos de desinstitucionalização.

Além disso, a associação da loucura ao aspecto biológico é temática recorrente no campo da saúde mental. Acreditamos que essa discussão sobre a associação entre loucura e periculosidade, ou entre loucura e o aspecto orgânico, está vinculada ao contexto das relações intergrupais, e assim as teorias da Psicologia Social nos ofereceram subsídios que possibilitaram compreender que a resistência ao convívio com as RTs ocorre não somente pela periculosidade historicamente associada ao louco, mas principalmente como forma de proteção dos valores grupais e preservação de uma identidade social positiva das pessoas e grupos que convivem com a loucura.

Essa situação oferece um caráter problemático aos processos de desinstitucionalização, pois tais representações sociais da loucura ocasionaram efetivamente a segregação dos moradores no interior das RTs, ou em um trajeto circunscrito de circulação: casa-padaria. Nesse caso, a ida dos moradores ao estabelecimento comercial pode ser um aspecto favorável à reinserção social, mas a circulação não pode ficar restrita a esse percurso somente, como notamos por meio dos relatos e das observações. Por isso, o conhecimento e a utilização de outros recursos e espaços do bairro pelos moradores das RTs são importantes para sua interação social, o que se efetiva ampliando seu trajeto pelos espaços públicos.

A padaria do local, entre outros estabelecimentos comerciais, adquiriu uma considerável relevância para a reinserção social dos moradores das RTs, pois se constituiu como um espaço importante por promover a ampliação dos laços afetivos e sociais, favorecendo o

diálogo, a participação e o reconhecimento dos moradores na esfera pública, inclusive pelo próprio nome. Entre os moradores citados pelas pessoas com as quais conversamos, podemos destacar o “Robocop”, aquele que “puxava da perna”; o Everaldo, costumeiramente sorrindo e com uma foto sua na mão orgulhosamente a ostentá-la para as pessoas; e o Marcinho, famoso por sua espontaneidade e sobre o qual teceremos um breve destaque.

De acordo com os relatos dos participantes: “dos que passa aqui, o Marcinho. Ele para, entendeu, ele tá lá na pracinha, vai na padaria pede alguma coisa ou pede um cigarro pra quem tá passando. A pessoa que é mais espontânea, no caso, seria ele, ele chega, brinca, conversa”; ou seja, o fato de ele “parar” para conversar adquire enorme importância para fortalecer as bases de sua convivência no conjunto residencial.

Além disso, notamos que a “pedição” de cigarro para as pessoas na rua, tal como fazia no hospital psiquiátrico, se configurou como fator favorável para a interação social do morador, possibilitando momentos de inserção nas rodas de conversa entre os habitantes do conjunto residencial. Porém outros moradores nem sequer são vistos no espaço público, demonstrando que a maior parte não é reconhecida socialmente. Até mesmo com os conhecidos, há certa distância na relação: “a gente brinca, mas não tem, assim, intimidade”.

Nesse percurso, observamos relatos que demonstram as tentativas dos participantes de esclarecer a medida sobre a qual estabelecem as interações com os moradores das RTs, por meio das seguintes expressões: “a gente não tem, assim, uma relação muito aproximada”, “ah, eu não tenho papo pra eles não!”, “não, não, isso aí, hábito de conversar constante com eles não” e, por fim, os moradores das RTs “não têm diálogo com a gente”. Tais expressões ilustram a existência do distanciamento no contexto das relações intergrupais, sendo que a polaridade representada pela dicotomia “aqui e lá”, em referência positiva ao HAB em contraste ao manicômio judiciário, surgiu novamente com a expressão “nós e eles”, delineando a diferenciação,

dessa vez em comparação aos moradores das RTs, principalmente no momento em que as perguntas foram sobre a convivência cotidiana.

Além dessas, a frase “a gente passa, oi pra lá, oi pra cá” revela que há uma interação, só que esta ocorre na passagem, por meio dessa dicotomia “lá e cá”, o que demonstra a tentativa de estabelecimento da distinção e a medida da interação, dando margens para o estabelecimento de certa distância na interação cotidiana com os moradores nos espaços públicos do conjunto residencial.

De forma a destacar essa distância na relação com os moradores das RTs, podemos ressaltar que a conversa dos participantes esteve restrita aos moradores que circulam pela rua e, especialmente, pelos comércios do conjunto residencial. As representações sociais dessa conversa sugerem a existência de “problemas” devido ao uso de medicamentos e “limitações” associadas aos próprios moradores: “Fala as coisas, mas fala, assim, buscando ao longe, buscando ao vento lá o que ele tem que falar”. Entendemos que a atribuição da limitação sobre os moradores pode servir para retirar dos participantes a responsabilidade sobre essa conversa de forma mais prolongada, mais próxima, delineando e legitimando, assim, a distância dessa relação, caracterizada pela fugacidade do “oi pra lá, oi pra cá”.

A necessidade de estabelecer uma imagem satisfatória de si mesmo e do próprio grupo, princípio da “Teoria da Identidade Social”, pode ser um fator que provoca o distanciamento na relação entre participantes e moradores das RTs, estabelecendo a medida exata para possibilitar a convivência e a interação social: na passagem e por meio de certa distância, concreta ou simbólica, lá e cá. Se pensarmos na participação social e ampliação da circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos como aspectos essenciais para a reinserção social, a diferenciação dos moradores por meio de estereótipos negativos se apresenta como dificuldade a ser superada; mas, como a desinstitucionalização se constitui como um processo de longo prazo, podemos também afirmar que a reinserção social, aos poucos, é efetivada no conjunto residencial, a partir da convivência

cotidiana, processo que seria positivo por si só – uma vez que, com a convivência, os participantes perceberam que não haveria maiores implicações em interagir com os moradores das RTs, como nos momentos iniciais da implantação se supunha.

O sentido de viver em uma casa se relaciona não só à apropriação do espaço doméstico, mas também à apropriação do espaço público por parte de seu morador, ao grau de familiaridade com o lugar e as pessoas do local. As RTs, mesmo que entendidas pelos participantes como “casas de recuperação do Adauto”, constituem-se como uma casa para os moradores, no momento em que têm possibilitado que eles circulem pelos espaços públicos e comerciais do conjunto residencial. Trata-se de um sinal positivo na superação do modelo de atenção centrado na internação em hospital psiquiátrico. Contudo, isso não exclui a necessidade de novos estudos sobre a convivência com as RTs, assim como de novos e constantes esforços, visando oportunizar a circulação dos moradores das RTs pelos espaços públicos e ampliar sua rede social, o que inclui compreender os conflitos e as resistências à permanência deles na comunidade, e lidar com isso.

Ressaltamos a necessidade de prosseguir com essa linha temática, pois, mesmo com a circulação dos moradores das RTs pelo espaço público e comercial do CRS, a relação aparentemente sem contato mais próximo e consistente entre participantes e moradores demonstra que estes podem estar restritos em considerável medida ao espaço interno das RTs, o que acaba por afastar desses dispositivos o próprio sentido de casa que lhes é originário.

Deixamos como sugestão a necessidade de debater os processos de diferenciação intergrupar no contexto da convivência com as RTs. Entendemos que a diferenciação é necessária para preencher duas funções principais: uma em relação ao grupo, reforçando os costumes e protegendo os valores, e outra em relação ao indivíduo, contribuindo para a construção de uma imagem satisfatória de si. Assim, a loucura inserida no campo do desvalor se torna útil como

instrumento de comparação intergrupar para a perspectiva avaliativa de um grupo de referência, principalmente quando a convivência com os moradores das RTs acarretou riscos para imagem social dos participantes.

Como afirmamos no início, as relações estabelecidas no conjunto residencial estão fundamentadas em relações intergrupais; ou seja, em estreita referência aos processos de constituição identitária dos habitantes e comerciantes vizinhos das RT. Comprovamos essa premissa por meio da utilização conjunta da “Teoria da Identidade Social” e da “Teoria das Representações Sociais”. Evidenciamos que os processos de constituição de identidade social estão implicados no contexto da convivência e interação social com os moradores das RTs. Há possibilidades para a convivência e interação, entretanto, notamos também uma tendência ao distanciamento na relação com os moradores e o desejo de que as RTs sejam deslocadas para áreas afastadas do espaço urbano.

Estamos diante de uma realidade ambígua que apresenta o desejo de separação intergrupar, mas também há chances para a interlocução entre loucura e espaço público, mesmo que por meio de condições como o distanciamento e a leveza das relações. Para finalizar, utilizaremos um fragmento de uma composição musical de Arnaldo Antunes para ilustrar a complexidade inerente à convivência com as RTs: “pro lado de cá não tem acesso, mesmo que me chamem pelo nome, mesmo que admitam meu regresso, toda vez que eu vou a porta some”. Parafraseando a música, podemos argumentar que as RTs possibilitam o regresso, o reconhecimento social dos moradores, inclusive pelo nome, mas ainda sem acesso completo às relações instituídas no espaço público.

As políticas de saúde mental têm possibilitado a inserção da loucura no espaço público, porém, de forma análoga ao que descreve a letra da música referida, a porta para a inserção social mais plena dos moradores das RTs parece dissipar-se exatamente no momento em que passam a compartilhar o espaço comum do dia

a dia das comunidades. Por isso, entendemos ser preciso direcionar esforços para que essa porta que permite a participação social dos moradores das RTs não suma; ao contrário, que se multiplique em outras passagens, em novas vias de acesso e, sobretudo, em possibilidades de permanência dos moradores das RTs no espaço público, na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 18-43, 2008.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, A. **Serviços residenciais terapêuticos em saúde mental**: um estudo etnográfico sobre as moradias de Campinas – SP. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ARGILES, C. T. L. *et al.* Redes de sociabilidade: construções a partir do serviço residencial terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2049-2058, 2013.

ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

BAPTISTA, L. A. S.; ZWARG, M. D. S.; MORAES, R. Reforma psiquiátrica e dispositivos residenciais: afirmações e impasses. *In*: MACHADO, L. D. *et al.* (org.). **Texturas da psicologia**: subjetividade e política no contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 59-67.

BASAGLIA, F. **Psiquiatria alternativa**: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

BIZERRIL, J. O vínculo etnográfico: intersubjetividade e coautoria na pesquisa qualitativa. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 152-163, 2004.

BONOMO, M. **Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário**: campo de antinomias. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre o direito e a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental. Congresso Nacional. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,Art. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000**. Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos no âmbito do SUS. Brasília: MS, 2000. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/PORTARIA-106-11-FEVEREIRO-2000.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.090, de 23 de dezembro de 2011**. Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000. Brasília: MS, 2011a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS**: as novas fronteiras da reforma psiquiátrica. Relatório da gestão 2007-2010. Brasília: MS, 2011b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_fronteras_reforma_psiquiatica.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

BREAKWELL, G. M. Social representations and social identity. **Papers on Social Representations**, n. 2, p. 198-217, 1993.

CABECINHAS, R. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 125-137, 2004.

CARIA, T. H. **A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais**: reflexidade e fronteiras. Porto: Afrontamento, 2000.

CARVALHO, A. M. A.; IMPÉRIO-HAMBURGUER, A.; PEDROSA, M. I. Dados e tirados: teoria e experiência na pesquisa em psicologia. **Temas em Psicologia**, v. 7, n. 3, p. 205-212, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DE LEONARDIS, O.; MAURI, D.; ROTELLI, F. Prevenir a prevenção. *In*: ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. (org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 65-87.

DEL GIUDICE, G. **La riforma psichiatrica in Italia**. Trieste: Dipartimento di Salute Mentale, 1998a. Disponível em: <http://www.triestesalutementale.it/letteratura/testi/8rifpsi.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DEL GIUDICE, G. **Le strutture residenziali nel Dipartimento di Salute Mentale**. Trieste: Dipartimento di Salute Mentale, 1998b. Disponível em: <http://www.triestesalutementale.it/letteratura/testi/11strutt.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-28.

ESPÍRITO SANTO. **Cinquenta anos Adauto Botelho**: resgate da memória do Hospital Adauto Botelho. Vitória: Sesa, 2004.

FARIAS, T. M.; PINHEIRO, J. Q. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças “Vivas”. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2013.

FASSHEBER, V. B.; VIDAL, C. E. L. Da tutela à autonomia: narrativas e construções do cotidiano em uma residência terapêutica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 194- 207, 2007.

FLICK, U. Introdução à Coleção Pesquisa Qualitativa. *In*: ANGRO-SINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 7-11.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FURTADO, J. P. Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 785-795, 2006.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUALDA, D. M. R.; HOGA, L. A. K. Pesquisa etnográfica em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 3, n. 3, p. 410-422, 1997.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, D. Recentes desenvolvimentos da noção de representações nas ciências sociais. *In*: ALMEIDA, A. M. O.; JODELET, D. (org.). **Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus, 2009. p. 105-122.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 20-31, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrir o outro – para um entendimento da alteridade na “Teoria das Representações Sociais”. *In*: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: espaço público, intersubjetividade e representações sociais. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 63-85.

MARCOS, C. M. A reinvenção do cotidiano e a clínica possível nos “serviços residenciais terapêuticos”. **Psychê**, v. 8, n. 14, p. 179-190, 2004.

MARTINS, G. da C. S. *et al.* O estigma da doença mental e as residências terapêuticas no município de Volta Redonda-RJ. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 327-334, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO, M. B.; LIMA, M. L.; VALA, J. Identidade social: um conceito-chave ou uma panaceia universal? **Sociologia – Problemas e Práticas**, n. 9, p. 107-120, 1991.

MOREIRA, M. I. B.; CASTRO-SILVA, C. R. Residências terapêuticas e comunidade: a construção de novas práticas antimanicomiais. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 545-553, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

NARITA, S. Notas de pesquisa de campo em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 25-31, 2006.

NEVES, V. F. A. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 1, 2006.

NUNES, M. de O.; TORRENTÉ, M. de. Abordagem etnográfica na pesquisa e intervenção em saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2859-2868, 2013.

PACHECO, J. G.; ALMEIDA, A. M. de O.; RODRIGUES, M. M. P. Representações sociais em movimento: a história de uma experiência. *In*: RODRIGUES, M. M. P.; MENANDRO, P. R. M. (org.). **Lógicas metodológicas**: trajetos de pesquisa em psicologia. Vitória: GM, 2007. p. 119-150.

PINHEIRO, J. A. C. **Cartografia por imagens em uma experiência de clínica**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PINHEIRO, J. A. C.; MACHADO, L. D. Experiência clínica por meio de imagens cartográficas. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 120-128, 2011. Número especial.

RIBEIRO NETO, P. M. **Aos cuidadores do serviço residencial terapêutico**: novas maneiras de cuidar...? Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2009.

RIBEIRO NETO, P. M. Cuidadores em Saúde: a invenção cotidiana de uma profissão. *In*: MOREIRA, M. I. B. (org.). **Loucura & cidade**: potencializando novos territórios existenciais. Experiências em Residências Terapêuticas. Vitória: GM, 2008. p. 103-120.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z. Concepções sobre a interação com moradores de residências terapêuticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 162-170, 2016a.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z. Concepções sociais sobre um hospital psiquiátrico em processo de fechamento. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 867-879, 2016b.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z. Conhecendo os cuidadores de um serviço residencial terapêutico. **Mental**, Barbacena, v. 7, n. 13, 2009.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z. Identidade social e desinstitucionalização: um estudo sobre uma localidade que recebe residências terapêuticas no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 204-216, 2015.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z.; TRISTAO, K. G. Convivência social com moradores de residências terapêuticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, e152335, 2017.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Illuminuras**, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras**, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.

ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. **Deistituzionalizzazione, un'altra via**. Trieste: Dipartimento di Salute Mentale, 1986. Disponível em: <http://www.triestesalutementale.it/letteratura/testi/23deist.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização, uma outra via. In: NICÁCIO, F. (org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-51.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, 2001.

SOUSA, J. M. O olhar etnográfico da escola perante a diversidade cultural. **Psi** – Revista de Psicologia Social e Institucional, Funchal (PT), v. 2, n. 1, p. 107-120, 2000.

SOUZA, L. Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. *In*: ROSA, E. M. *et al.* (org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória: GM, 2008. p. 168-198.

SOUZA, L. G. S. **Profissionais de saúde da família e representações sociais do alcoolismo**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais I**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

VASCONCELLOS, K. de M.; VIANA, K. M. P.; SANTOS, M. de F. Pensando o método de pesquisa em representação social. *In*: RODRIGUES, M. M. P.; MENANDRO, P. R. M. (org.). **Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia**. Vitória: GM, 2007. p. 39-56.

VIDAL, C. E. L.; BANDEIRA, M.; GONTIJO, E. D. Reforma psiquiátrica e serviços residenciais terapêuticos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 57, n. 1, p. 70-79, 2008.

WOORTMANN, K. O selvagem e a história. Heródoto e a questão do Outro. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 1, p. 13-59, 2000.

As recentes políticas de desinstitucionalização preconizam o fechamento gradual dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por serviços instalados nas comunidades. Nesse contexto, inserem-se as residências terapêuticas, moradias para os ex-internos de hospitais psiquiátricos, então denominados “moradores das residências terapêuticas”. O livro aborda as concepções de habitantes e comerciantes de um bairro onde se localizam residências terapêuticas sobre a relação social estabelecida com os moradores. Abarca a imersão do pesquisador no espaço público e sua interação com habitantes, comerciantes e com os próprios moradores das residências terapêuticas. Traz em seus diários de campo situações que demonstram aspectos objetivos e subjetivos do pesquisador em seu “mergulho” no campo. Por meio de uma conotação intersetorial, abarca conhecimentos referentes ao movimento italiano de desinstitucionalização, à psicologia social e à etnografia. Que este livro inspire novas perspectivas de vida.